



Relatório final

Estudo de opinião sobre reindustrialização, economia verde, uso sustentável de recursos e educação sobre o mar

Setembro de 2014



* O CIEJD enquanto Organismo Intermediário no quadro da Parceria de Gestão estabelecida entre o Governo Português e a Comissão Europeia, através da sua Representação em Portugal.



Índice

1. Introdução	3
2. Nota metodológica	5
2.1 Amostra do inquérito.....	6
3. Reindustrialização, economia verde e uso eficiente de recursos.....	15
2.1 Reindustrialização.....	17
3.2 Economia verde	23
3.3 Uso eficiente de recursos	28
4. Educação sobre o mar	43
4.1 Informação sobre o mar	45
4.2 Importância da educação sobre o mar	46
4.3 Responsáveis e destinatários da educação sobre o mar	48
5. Conclusões	51
6. Bibliografia	56
Anexo: Questionário do inquérito	58
tema 1 - Reindustrialização	58
tema 2 - Economia Verde	60
tema 3 - Utilização Eficiente De Recursos	62
tema 4 - Educação Sobre O Mar	64
Caracterização	67



1. Introdução

O inquérito por questionário cujos resultados se apresentam neste relatório integra-se no Estudo de Opinião, Debates e Disseminação "**União Europeia: sustentabilidade e uso eficiente dos recursos**", promovido pelo Centro de Informação Europeia Jacques Delors (CIEJD), Direção-Geral dos Assuntos Europeus – Ministério dos Negócios Estrangeiros, financiado pela Comissão Europeia e executado pela Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, sob a coordenação científica de José Manuel Pinto Paixão e executiva de Pedro Ferraz de Abreu, em colaboração com o Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e o Centro de Investigação de Tecnologias de Informação para uma Democracia Participativa (CITIDEP). Este estudo constitui uma iniciativa da Comissão Europeia e integrou formalmente o Plano de Comunicação para informação sobre a União Europeia em Portugal, no contexto das eleições de 2014 para o Parlamento Europeu.

O estudo, iniciado em janeiro de 2014, incide sobre as temáticas da reindustrialização, desenvolvimento sustentável, economia verde, sustentabilidade energética e educação para o mar e tem por objetivo:

- Contribuir para dar voz aos cidadãos e cidadãs sobre estas temáticas e as políticas da União Europeia,
- Contribuir para uma reflexão e debate fundamentados cientificamente.

O estudo de opinião, abrangendo a população portuguesa de forma genérica e dois grupos sociais em particular, nomeadamente a comunidade escolar e a comunidade académica, procurou explorar o grau de sensibilização, de informação e de envolvimento em relação aos temas da sustentabilidade e uso eficiente de recursos por parte de diferentes grupos sociais da sociedade portuguesa, dando um enfoque às questões ligadas à educação para o mar ("economia azul"), respondendo à solicitação lançada pelos financiadores do estudo e conjugando-a com o posicionamento distintivo que o país pode assumir no contexto europeu.

De forma a obter uma cobertura nacional, mas com um enfoque particular na comunidade escolar, academia e cidadão em geral, foram definidas as seguintes três subamostras:

A) Comunidade escolar (dimensão estabelecida para a subamostra: quinhentos inquiridos): foram inquiridos professores de todos os ciclos de ensino pré-universitário e alunos do ensino secundário, regular e profissional, em escolas públicas e privadas. A opção por inquirir apenas alunos do secundário prende-se com dois aspetos essenciais. Por um lado, o seu percurso escolar já lhes permitiu contactar com uma maior diversidade de matérias e experiências, algo que contribuirá para uma maior capacidade de reflexão sobre os temas abrangidos por este estudo. Por outro lado, o escalão etário em que se enquadram permite avançar com a inquirição sem a prévia autorização dos seus encarregados de educação. No que concerne aos professores, considerou-se que a transversalidade dos temas em estudo aponta para a necessidade e possibilidade de intervenção em cada um dos diferentes níveis de ensino, não obstante as diferentes abordagens e metodologias que possam ser seguidas. Neste contexto, foi considerado relevante auscultar as opiniões de professores desde o 1º ciclo do ensino básico até ao ensino secundário.



B) Academia (dimensão estabelecida para a subamostra: oitocentos inquiridos): investigadores, docentes e alunos do ensino superior, em estabelecimentos públicos e privados, do sistema universitário e politécnico. Procurou-se obter uma distribuição equilibrada dos inquiridos por ciclos de estudos (licenciatura, mestrado e doutoramento) e por áreas científicas (docentes e alunos). Atendendo às características deste grupo, nomeadamente no que toca à capacidade e utilização efetiva da internet ser tendencialmente universal, pensa-se que poderá ter sido obtida uma amostra representativa.

C) Cidadãos em geral (dimensão estabelecida para a subamostra: mil inquiridos): População com mais de dezoito anos, residentes em Portugal Continental e Regiões Autónomas da Madeira e Açores. De forma a constituir uma amostra abrangente, os cidadãos foram contactados de múltiplas formas para acederem ao inquérito, como abaixo se detalha.

O presente relatório foi redigido pelos membros da equipa do projeto responsáveis por esta dimensão do projeto (Susana Fonseca e Ana Delicado) pertencentes ao Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, recolhendo contributos dos restantes membros da equipa (em particular de Bárbara Barbosa Neves, também socióloga de formação e membro do CITIDEP) e dos membros da Comissão Científica.



2. Nota metodológica

Desde o primeiro momento foi estabelecido o objetivo de fomentar a participação de representantes de diferentes áreas do conhecimento científico e de intervenção social, nomeadamente através da formação de uma Comissão Científica (com treze representantes de diferentes áreas - ciências naturais, sociais e económicas)¹, e de diferentes grupos de interesse, com a criação de uma Comissão de Acompanhamento (ONG de ambiente; Associação Bandeira Azul da Europa, organizações industriais). Esta aposta revelou-se uma enorme mais valia, não apenas em relação à elaboração dos instrumentos de pesquisa mas, em particular, para o debate e reflexão sobre os resultados.

Também se procurou estimular a participação dos cidadãos disponibilizando na página eletrónica do projeto a possibilidade de envio de sugestões de questões a incluir no inquérito, no âmbito dos temas a abordar. Infelizmente, não foram recebidos quaisquer contributos por esta via. Tal situação é compreensível, dado que a página do projeto tinha sido criada recentemente e ainda estava em fase de divulgação. O questionário do estudo de opinião foi desenvolvido a partir da identificação de um conjunto de dimensões (cuja explicitação se encontra no enquadramento de cada um dos temas aqui em análise), que deram lugar às questões formuladas. As dimensões do inquérito e mais tarde uma primeira versão do questionário foram sujeitas a pareceres por parte da Comissão Científica e da Comissão de Acompanhamento do projeto.

Perante as limitações impostas pela metodologia de inquirição, nomeadamente uma inquirição online, foi desenvolvido um amplo debate em torno das questões que poderiam ser colocadas e sobre o seu grau de complexidade. Também a dimensão/tempo de resposta por parte dos inquiridos foi amplamente debatida e testada, tendo-se limitado o número de perguntas o que conduziu à opção por questões de carácter mais geral. Após várias rondas de comentários e correções, o questionário foi sujeito a um pré-teste, já na sua versão *online*, que recebeu mais de uma dezena de respostas, de diferentes tipos de público-alvo (estudantes do secundários, cidadãos de diferentes idades e profissões, investigadores e professores do ensino não-universitário). Este pré-teste ajudou a identificar e resolver pequenos problemas no questionário, tendo sido então disponibilizada uma versão final (Anexo 1).

O inquérito por questionário foi aplicado *online*, tendo sido disponibilizado na plataforma Survs (www.survs.com). De forma a cumprir os objetivos pré-estabelecidos em termos de dimensão das subamostras, foram desenvolvidos esforços de divulgação específicos:

- no caso da subamostra escolar, contou-se com a colaboração da ABAE, em articulação com o CITIDEP, que contactou as escolas participantes no seu programa Eco-escolas, instando-as a registarem-se no site eletrónico do projeto, de forma a participarem nas atividades do projeto, incluindo a resposta ao inquérito; foi pedido que cada escola seleccionasse duas turmas, de anos letivos e cursos diferentes, e que a resposta ao inquérito fosse proporcionada em sala de aula; foi

¹ A Comissão Científica foi constituída por: Fernando Antunes (FCUL), Olívia Bina (ICS – UL), Vanda Brotas (FCUL), Henrique Cabral (FCUL), José Lino Costa (FCUL), Cristina Cruz (FCUL), João Ferrão (ICS – UL), Fernando Gonçalves (FCUL), António Mateus (FCUL), Helena Mourinho (FCUL), Manuel Minas da Piedade (FCUL), Luísa Schmidt (ICS – UL).



ainda solicitado às associações de professores de diferentes disciplinas a divulgação do inquérito entre os seus membros e foram distribuídos folhetos no evento Futurália (26 a 29 de março).

- no caso da subamostra académica, foram contactadas por email (e depois por telefone) todas as reitorias de universidades e direções dos institutos politécnicos públicos (e algumas universidades privadas), sendo-lhes pedido que encaminhassem o pedido de resposta ao inquérito através das suas *mailing lists* internas de alunos e professores, tendo sido recebida uma resposta positiva de boa parte delas); o mesmo foi feito com as associações de estudantes.

- no caso da subamostra de cidadãos, o inquérito foi divulgado através das *mailing lists* externas das instituições participantes no projeto, de várias páginas e perfis no Facebook (*Green Savers*, *Cerciência*, *Observe*), do programa Minuto Verde na RTP (transmissão a 26 de março) e do programa Economia Verde na SIC Notícias (transmissão no dia 3 de Abril); foram ainda contactadas várias empresas (por exemplo, *Yves Rocher*, *Sonae*), organismos públicos (ADENE, CCDRN, Centros *Europe Direct*, CNADS), autarquias (Oeiras, Seixal, Almada, Lisboa, Sines, Angra do Heroísmo) e associações (Confederação Lusa de Yoga, Universidades Seniores, Quercus, Geota, LPN, APREN, Associação Portuguesa dos Industriais de Mármore, Granitos e Ramos Afins, SPECO, Associação Portuguesa dos Industriais de Calçado, Componentes, Artigos de Pele e Sucedâneos, APPICAPS, OTC Organização dos Trabalhadores Científicos) sendo solicitado envio do pedido de resposta ao inquérito nas suas *mailing lists* internas.

Para o cálculo da dimensão da amostragem foi utilizada a fórmula de Cochran (1977) para uma população infinita (> 50 000), considerando um intervalo de confiança de 95% e uma predominância de dados categóricos. Esta fórmula resulta em 384 inquiridos, valor que frequentemente é arredondado para 400. Numa estratégia de *oversampling*, este valor pode ser aumentado. Embora este cálculo seja desenvolvido para amostras probabilísticas, é também utilizado em amostras mistas e serve como orientação da dimensão mínima para o presente estudo de opinião. No presente estudo optou-se por recorrer à estratégia de *oversampling*, dados os condicionalismos inerentes a uma inquirição de públicos diferenciados através de plataformas online.

A aplicação do inquérito decorreu entre 19 de março e 15 de maio e foram recebidas 3649 respostas.

A base de dados resultante do inquérito foi então sujeita a procedimentos de limpeza e uniformização. Foram excluídas as respostas muito incompletas (sendo mantidas as respostas incompletas mas com resultados até à questão 18, final da secção sobre uso sustentável de recursos) e as respostas de cidadãos com menos de 18 anos que não eram estudantes do ensino secundário.

Assim, da base de dados final constam 2875 casos, distribuídos como abaixo se detalha. Os dados foram trabalhados através do programa informático *SPSS Statistical Package for the Social Sciences* 22.

2.1 Amostra do inquérito

Das 2875 respostas ao inquérito consideradas válidas, 44 não responderam às questões de caracterização sociográfica, pelo que não se dispõem de informação sobre as suas características.



Em primeiro lugar, relativamente às subamostras definidas no caderno de encargos deste projeto, verifica-se que foram recebidas 699 respostas da comunidade escolar (número mínimo previsto de 500), 980 respostas da comunidade académica (número mínimo previsto de 800) e 1152 dos cidadãos com mais de 18 anos (número mínimo previsto de 1000). Em 44 casos não foi possível identificar a pertença do respondente às subamostras por não terem respondido às respetivas perguntas de caracterização.

Quadro 1 Distribuição das subamostras

	Nº	%
Comunidade escolar	699	24,3
Comunidade académica	980	34,1
Cidadãos	1152	40,1
Não identificado	44	1,5
Total	2875	

Em termos da distribuição da amostra e subamostras por sexo (Quadro 2), verifica-se uma sobre-representação dos respondentes do sexo feminino, que é mais acentuada nas amostras escolar e académica que na amostra de cidadãos. Tal já era esperado, uma vez que a educação não só é uma profissão altamente feminizada, como a proporção de raparigas que frequentam o ensino secundário e superior é já maior que a proporção de rapazes.²

Quadro 2 Distribuição da amostra e subamostras por sexo (%)

	Comunidade escolar	Comunidade académica	Cidadãos	Total	População portuguesa*
Masculino	33,7	34,2	43,7	37,9	47,8
Feminino	66,3	65,8	56,3	62,1	52,2
N	698	978	1148	2824	

*Fonte: Censos da população 2011

Considerando agora a distribuição da amostra por escalões etários (Quadro 3), constata-se um desvio acentuado a favor dos escalões mais novos. Se isso seria de esperar nas comunidades escolar e académica, o facto de suceder também na amostra de cidadãos deve-se à forma de distribuição do inquérito: são os mais novos os mais frequentes utilizadores da internet. Apesar do esforço desenvolvido na divulgação do inquérito junto das universidades seniores, não se obteve um número suficiente de respostas no escalão dos maiores de 60 anos que permitam tirar ilações sobre as opiniões e atitudes deste grupo da população.

² De acordo com os dados da Direcção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência, 77,1% dos professores do ensino básico e secundário e 43,8% dos professores do ensino superior são mulheres (DGEEC, 2013, *Perfil do docente 2012/13*, Lisboa: DGEEC), 50,3% dos alunos do ensino secundário e 53,6% dos alunos do ensino superior são mulheres (DGEEC, 2013, *Perfil do aluno 2012/13*, Lisboa: DGEEC),



Quadro 3 Distribuição da amostra e subamostras por escalões etários (%)

	Comunidade escolar	Comunidade académica	Cidadãos	Total	População portuguesa (+ de 15 anos)*
Até 19 anos	53,3	6,4	2,0	16,2	6,3
20 a 29 anos	5,1	53,6	17,5	27,0	13,8
30 a 39 anos	6,5	15,8	28,9	18,8	17,8
40 a 49 anos	17,1	11,9	27,0	19,3	17,2
50 a 59 anos	17,0	9,2	16,2	14,0	15,6
60 anos ou mais	1,0	3,1	8,3	4,7	29,4
Média	29,6	31,2	41,1	34,8	
Desvio-padrão	15,7	12,5	12,7	14,4	
N	691	978	1140	2809	

*Fonte: Censos da população 2011

Procurou-se ainda incluir no questionário algumas questões relativas aos agregados familiares, que pudessem eventualmente ser utilizadas como variáveis independentes na análise dos resultados. É o caso da questão relativa a ter ou não filhos (Quadro 4) e à dimensão do agregado familiar (Quadro 5).

Quadro 4 Distribuição da amostra e subamostras por ter ou não filhos (%)

	Comunidade escolar	Comunidade académica	Cidadãos	Total
Sim	33,0	25,1	58,1	40,5
Não	67,0	74,9	41,9	59,5
N	694	977	1142	2813

Quadro 5 Distribuição da amostra e subamostras por dimensão do agregado familiar (%)

	Comunidade escolar	Comunidade académica	Cidadãos	Total
Vive sozinho	6,6	10,4	13,5	10,7
2 pessoas	15,6	20,8	23,0	20,4
3 pessoas	29,8	29,9	28,9	29,5
4 pessoas	37,3	27,8	26,3	29,5
5 ou mais pessoas	10,7	11,0	8,3	9,8
N	662	965	1103	2730



De forma a aferir a disseminação geográfica da amostra, foi pedido aos respondentes que identificassem o concelho de residência. Assim verifica-se que a amostra do inquérito, apesar de abranger todas as regiões e distritos (Quadros 6 e 7), padece de uma sobre-representação da região de Lisboa e de uma sub-representação das regiões Norte, Centro, Algarve e Açores. Ainda assim, cumpriu-se o objetivo de conseguir reunir respostas de todas as regiões e mesmo de todos os distritos do país.

Quadro 6 Distribuição da amostra e subamostras por região (NUTS II) (%)

	Comunidade escolar	Comunidade académica	Cidadãos	Total	População portuguesa*
Norte	26,3	17,2	15,3	18,6	35,0
Centro	23,6	17,1	12,6	16,9	22,0
Lisboa	35,8	51,1	58,4	50,3	26,8
Alentejo	4,9	10,4	7,7	7,9	7,2
Algarve	1,5	2,4	2,3	2,1	4,2
Região Autónoma dos Açores	2,2	1,1	1,2	1,4	2,3
Região Autónoma da Madeira	5,8	0,7	2,6	2,7	2,5
N	678	966	1124	2768	

*Fonte: Censos da população 2011

Quadro 7 Distribuição da amostra e subamostras por distrito (%)

	Comunidade escolar	Comunidade académica	Cidadãos	Total
Aveiro	2,7	2,5	2,1	2,4
Beja	1,3	2,7	0,8	1,6
Braga	9,9	2,5	3,4	4,7
Bragança	0,4	0,4	0,5	0,5
Castelo Branco	0,7	2,5	1,4	1,6
Coimbra	2,5	3,1	2,8	2,9
Évora	0,6	2,9	1,6	1,8
Faro	1,5	2,4	2,3	2,1
Guarda	0,1	0,6	1,0	0,7
Leiria	9,1	4,8	3,0	5,1
Lisboa	22,6	42,0	47,5	39,5
Portalegre	1,3	0,4	1,2	0,9
Porto	12,7	12,3	9,0	11,1
Santarém	9,1	5,0	3,4	5,3
Setúbal	14,7	11,5	14,2	13,4
Viana Do Castelo	0,7	0,7	0,4	0,6
Vila Real	0,4	0,3	0,7	0,5



Viseu	1,5	1,6	0,9	1,3
Madeira	5,8	0,7	2,6	2,7
Açores	2,2	1,1	1,2	1,4
N	678	960	1124	2768

Considerando que a educação sobre o mar é um dos temas do inquérito, foram identificados os respondentes residentes no litoral e no interior, com base na classificação por NUTS III (Quadro 8). A sobre-representação de residentes no litoral de certa forma reflete, ainda que de forma extremada, os desequilíbrios populacionais do país.

Quadro 8 Distribuição da amostra e subamostras por residência no litoral/interior (%)

	Comunidade escolar	Comunidade académica	Cidadãos	Total
Litoral	68,3	81,3	85,1	79,6
Interior	31,7	18,7	14,9	20,4
N	678	966	1124	2768

Em termos do nível de escolaridade, esta é claramente uma amostra sobre-qualificada (Quadro 9), como já esperado face às subamostras e à forma de aplicação do inquérito. Por um lado, todos os docentes do ensino secundário e superior possuem um diploma de ensino superior. Por outro lado, na amostra de cidadãos, os detentores de ensino superior também estão fortemente representados, o que está associado ao uso da Internet sobretudo pelos mais escolarizados, mas também devido aos meios utilizados para divulgar o inquérito.

Quadro 9 Distribuição da amostra e subamostras por nível de escolaridade (%)

	Comunidade escolar	Comunidade académica	Cidadãos	Total	População portuguesa (+ de 15 anos)*
Nenhum	0,3	0,3	1,0	0,6	9,2
Primeiro ciclo do Ensino Básico (4º ano)	0,1	0,1	0,9	0,4	24,1
Segundo ciclo do Ensino Básico (6º ano)	4,0	0,1	1,0	1,4	12,0
Terceiro ciclo do Ensino Básico (9º ano)	36,1	0,1	3,0	10,2	20,7
Ensino Secundário (12º ano)	17,9	27,4	12,7	19,1	18,9
Ensino Superior	41,5	72,0	81,4	68,3	15,1
N	698	979	1150	2827	

* Fonte: Censos da população 2011



No que respeita à condição perante o trabalho, a amostra deste inquérito também não reflete adequadamente a distribuição da população portuguesa (Quadro 10). Se os estudantes estão fortemente sobre-representados (devido às subamostras da comunidade escolar e académica), os reformados estão muito sub-representados, o que está associado aos desequilíbrios nos escalões etários acima referidos.

Quadro 10 Distribuição da amostra e subamostras por condição perante o trabalho (%)

	Comunidade escolar	Comunidade académica	Cidadãos	Total	População portuguesa (+15 anos)*
Exerce profissão	41,7	37,5	75,9	54,1	50,4
Desempregado ou à procura do primeiro emprego	-	-	13,7	5,6	9,8
Estudante	58,3	62,5	0,7	36,3	8,7
Reformado/pensionista	-	-	8,1	3,3	17,8
Ocupa-se das tarefas do lar	-	-	1,7	0,7	4,8
Outros inativos					8,4
N	698	979	1149	2826	

*Fonte: INE, Inquérito ao Emprego 2013

Considerando agora apenas a subamostra cidadãos, verifica-se que, mesmo excluindo os docentes do ensino secundário e superior, os especialistas das atividades intelectuais e científicas continuam sobre-representados. Paralelamente, as profissões menos qualificadas representam na amostra uma proporção muito inferior ao seu peso na população empregada em Portugal. Tal deve-se, mais uma vez, ao modo de aplicação do inquérito.

Quadro 11 Distribuição da subamostra cidadãos por profissão (%)

	Subamostra	População portuguesa*
Profissões das Forças Armadas	0,4	0,6
Representantes do poder legislativo e de órgãos	11,5	7,0
Especialistas das atividades intelectuais e científicas	58,6	15,4
Técnicos e profissões de nível intermédio	9,8	10,3
Pessoal administrativo	10,7	7,3
Trabalhadores dos serviços pessoais, de proteção e segurança e vendedores	6,2	17,0
Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura, da pesca e da floresta	0,3	9,7
Trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices	1,3	12,7
Operadores de instalações e máquinas e trabalhadores de montagem	0,5	8,2
Trabalhadores não qualificados	0,7	11,9
N	747	

*Fonte: Inquérito ao Emprego 2013



Os quadros seguintes referem-se a características específicas das subamostras escolar e académica: a distribuição por docentes e alunos (Quadro 12), o grupo de recrutamento dos professores do ensino secundário (Quadro 13), a modalidade de ensino (Quadro 14) e curso científico-humanístico (Quadro 15) dos alunos do ensino secundário e a área científica dos docentes e alunos do ensino superior (Quadro 16).

Em todo o caso e não obstante alguma concentração em grupos específicos, foi conseguida uma distribuição diversificada das respostas pelos diferentes grupos que se enquadram em cada uma das situações acima referidas.

Quadro 12 Distribuição das subamostras comunidades escolar e académica por docentes e alunos (%)

	Comunidade escolar	Comunidade académica
Docente	41,8	37,6
Aluno	58,1	62,4
N	699	980

Quadro 13 Grupo de recrutamento – professores do ensino básico e secundário (%)

Educação Pré-escolar	2,4
1º ciclo do ensino básico	5,5
Geografia	22,9
Biologia e Geologia	21,7
História	7,5
Física e Química	6,3
Português	4,0
Economia e Contabilidade	4,0
Francês	3,6
Educação Visual e Tecnológica	3,2
Educação Física	3,2
Informática	3,2
Matemática e Ciências da Natureza	2,4
Filosofia	2,4
Artes Visuais	2,4
Matemática	2,0
Português e Estudos Sociais/História	0,8
Português e Inglês	0,8
Educação Especial	2,0
N	253



Quadro 14 Modalidade de ensino - alunos do ensino secundário (%)

Ensino regular	77,2
Ensino artístico	1,0
Cursos profissionais	19,9
Outro	2,0
N	408

Quadro 15 Curso científico-humanístico - alunos do ensino secundário regular (%)

Curso Científico-Humanístico Línguas e Humanidades	19,5
Curso Científico-Humanístico Ciências e Tecnologias	69,3
Curso Científico-Humanístico Ciências Socioeconómicas	8,9
Curso Científico-Humanístico Artes Visuais	0,7
Curso Tecnológico	1,7
N	303

Quadro 16 Área científica – Comunidade académica (%)

	Docentes	Alunos
Ciências Naturais	24,9	16,0
Ciências da Saúde	12,6	23,8
Ciências da Engenharia e Tecnologia	26,2	33,1
Ciências Sociais e Humanas	36,3	27,1
N	366	608

Em suma, a amostra deste inquérito, que não pode de todo ser considerada como estatisticamente representativa da população portuguesa, o que já era esperado no desenho do projeto, é muito jovem, altamente qualificada e maioritariamente residente na região da Grande Lisboa ou em concelhos do litoral do país. Em termos de subamostras, as escolar e académica proporcionam um retrato aproximado destas comunidades. Por outro lado, a amostra de cidadãos pode ser considerada como representativa de uma “opinião pública qualificada e informada”, mais apta a responder a questões complexas como as abordadas neste inquérito.

Estas características da amostra também condicionam fortemente o tipo de análises (designadamente cruzamentos entre variáveis dependentes e independentes) que podem ser efetuadas. Variáveis que têm normalmente um forte poder explicativo das diferenças de opinião, como a escolaridade, estão aqui praticamente uniformizadas. Outras variáveis têm uma distribuição de tal forma desequilibrada entre categorias (ex. região ou condição perante o trabalho) que condicionam a fiabilidade dos testes para aferir a significância estatística das variações.

Também o facto de se tratar de uma inquirição online aumenta o risco das respostas recebidas serem maioritariamente de pessoas que têm um interesse pelo assunto superior à média (indivíduos com menor grau de interesse não terão seguido os links para o inquérito ou terão abandonado o



questionário sem o concluir), não obstante o esforço que foi desenvolvido por toda a equipa para estimular a sua divulgação entre públicos diferenciados em termos profissionais e de habilitações literárias. É também de assumir que o interesse pelo tema esteja associado a posições predominantemente pró-ambiente. Este é pois um enviesamento que deve estar presente na leitura dos dados que serão apresentados de seguida.

Não obstante as sérias limitações colocadas pelos múltiplos enviesamentos da amostra (e das respetivas subamostras que a compõem), foi feito um esforço para procurar outras fontes de informação que pudessem servir de comparação com os resultados deste estudo de opinião. Ainda que nem sempre diretamente comparativas, ao longo da análise que se segue procurou-se ir sublinhando as semelhanças ou diferenças detetadas quando se comparam os resultados do presente estudo com os resultados dos estudos realizados no âmbito do Eurobarómetro. Tendo presente que a própria metodologia seguida pelo Eurobarómetro não está ausente de críticas, como por exemplo, a forma como as perguntas colocadas são formuladas ou o facto de não se manterem os processos de amostragem e a própria constituição da amostra (Nissen 2012, Schmidt e Delicado, 2014: 24-) é, ainda assim, uma referência corrente quando há interesse em explorar o que pensam os cidadãos europeus sobre temas e políticas.



3. Reindustrialização, economia verde e uso eficiente de recursos

O tema do uso sustentável ou uso eficiente dos recursos é um elemento fundamental da estratégia Europa 2020, concebida pela UE para estimular o desenvolvimento e o emprego na próxima década. A ideia central passa por fomentar o crescimento económico baseado no conhecimento, na inovação, na sustentabilidade e na inclusão (procurando estimular maior coesão social e territorial).

Ao longo do século XX a quantidade de recursos materiais extraídos aumentou por um fator de 34.³ Na UE, cada pessoa consome atualmente 16 toneladas de materiais por ano, das quais 6 toneladas são desperdiçadas, acabando metade nos aterros⁴. Das 16 toneladas, estima-se que cerca de 3 sejam importadas de outras regiões do mundo, tornando a Europa numa das regiões que apresenta maiores importações líquidas de recursos naturais (SERI, et al, 2009). Tal facto torna-a particularmente vulnerável às oscilações de preços nos mercados internacionais, com óbvios impactos no bem-estar económico e social da região. Aliás, um recente relatório da Comissão Europeia sobre as matérias-primas críticas para a UE revela as necessidades de abastecimento de algumas matérias-primas que desempenham um papel fulcral para o desenvolvimento económico europeu, sendo que muitas são totalmente desconhecidas do público em geral⁵. Atualmente, as fontes de minerais, metais e energia, bem como os recursos marinhos (pesca), florestais, a água, os solos férteis, o ar limpo, a biomassa e a biodiversidade estão sob pressão, o mesmo acontecendo com o sistema climático. Neste contexto, é fundamental gerir de forma mais eficiente os recursos durante todo o seu ciclo de vida, desde a prospeção/pesquisa até à eliminação, passando pela extração, transporte, transformação e consumo.

A UE, num dos sete objetivos emblemáticos da estratégia Europa 2020, prevê um quadro de ação a longo prazo que promova a eficiência na utilização dos recursos, apoiando as agendas políticas nos domínios do ambiente e alterações climáticas, energia, transportes, indústria, agricultura, pescas e desenvolvimento regional.

É entendido que tornar a Europa mais eficiente em matéria de recursos constitui uma via para concretizar mais fácil e seguramente a um custo inferior, os objetivos das políticas económicas, sociais e ambientais.

A visão expressa no *Roteiro para uma Europa Eficiente na utilização de recursos* é bem clara quanto ao desafio que a Europa e o mundo enfrentam, particularmente quando se analisam indicadores de sustentabilidade:

Em 2050, a economia da UE cresceu de uma forma que respeita as limitações de recursos e os limites do planeta, contribuindo assim para a transformação económica global. A nossa economia é competitiva, inclusiva e proporciona um elevado nível de vida com impactos ambientais muito menores. Todos os recursos são geridos de um modo sustentável, desde as matérias-primas até à energia, água, ar, terras e solos. Os marcos importantes em matéria de alterações climáticas foram

³ COM(2011) 571 final - *Roteiro para uma Europa Eficiente na utilização de recursos*;
<http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2011:0571:FIN:PT:PDF>

⁴ *idem*

⁵ Comissão Europeia (2014): *Report on Critical Raw Materials for the EU – Critical Raw Materials Profiles*;
http://ec.europa.eu/enterprise/policies/raw-materials/critical/index_en.htm



atingidos, tendo a biodiversidade e os serviços ecossistémicos subjacentes sido protegidos, valorizados e substancialmente reabilitados. (p.3)

Esta visão foi recentemente reforçada através da Comunicação da Comissão “Para uma economia circular: programa para acabar com os resíduos na Europa”, onde se sublinha a ligação de políticas nesta área e o desenvolvimento económico da União Europeia. A aposta num uso mais eficiente dos recursos surge associada: à redução da necessidade de novos materiais em 17% a 25% e a criação de até 2,6 milhões de novos empregos até 2030 (Meyer, 2011: 5), a uma poupança potencial de 630 mil milhões de euros por ano para a indústria europeia e a um aumento do PIB em 3,9% através da criação de novos mercados, novos produtos e criação de valor para as empresas⁶. Portanto, estamos perante um pacote de medidas políticas que visam, no essencial, promover o desenvolvimento económico, mas assente num modelo sustentável.

Preconizando-se uma mudança de fundo no modo de definir prioridades e equilibrar interesses das gerações presentes e futuras, é fundamental garantir coerência e trabalho conjunto por parte dos diferentes grupos sociais. Auscultar opiniões e envolver de forma ativa e regular os diferentes grupos na definição das metas e dos caminhos que podem ser trilhados para as alcançar de forma mais equitativa e eficaz é fundamental.

Este estudo de opinião sobre sustentabilidade e uso eficiente de recursos procura contribuir para este complexo processo de mudança civilizacional, consultando alguns dos grupos sociais relevantes sobre possíveis opções para a concretização deste novo modelo de sociedade.

É conhecido que, na sua essência, a sustentabilidade implica um equilíbrio entre fatores ambientais, económicos e sociais. Mas a evolução do conhecimento científico a par com o aprofundamento do debate ético e político em torno das consequências do modelo de desenvolvimento predominante, conduziu à consciencialização de que a própria economia não poderá florescer e providenciar os resultados desejados em termos de aumento do bem-estar e qualidade de vida a nível regional e mundial, se não integrar em pleno o desígnio da sustentabilidade.

Neste contexto, o debate em torno de uma economia verde onde as políticas ambientais, sociais e económicas e as inovações permitem que a sociedade use os recursos de forma mais eficiente, contribuindo para o bem-estar humano de uma forma inclusiva, ao mesmo tempo que os sistemas naturais que sustentam a vida são mantidos e reforçados (EEA, 2013), intensificou-se no início da presente década. Neste debate têm marcado presença, entre organizações e entidades de diferentes níveis, algumas das mais relevantes instituições a nível internacional (Nações Unidas, 2011; Organização Internacional do Trabalho, 2012; Banco Mundial, 2012). A tônica dominante é a de inovar em cada setor, mesmo nos mais tradicionais e onde, por vezes, as resistências são maiores, e não a de excluir setores ou áreas como insustentáveis.

No presente estudo de opinião pretendeu-se explorar estas três temáticas. Será possível reindustrializar integrando os princípios da sustentabilidade, ou, pelo contrário, há a perceção de que existem contradições e dificuldades inultrapassáveis? Quais as estratégias entendidas como mais

⁶ COM (2014) 398 final - *Para uma economia circular: programa para acabar com os resíduos na Europa*; <http://ec.europa.eu/environment/circular-economy/>. Esta comunicação apresenta diferentes estudos como apoio ao enquadramento das propostas políticas que dela fazem parte. Os dados apresentados foram retirados da introdução do documento.



eficazes para concretizar uma economia verde e qual o papel que cada grupo social antevê que pode desempenhar na sua concretização?

Como verificado anteriormente, a definição de economia verde implica no seu âmbito a procura de um crescimento sustentável e assenta no objetivo de utilizar de forma eficiente os recursos naturais, quaisquer que eles sejam. Assim, para além de se explorarem as perspetivas sobre uma economia verde, procurou-se conhecer as representações sobre o uso eficiente de recursos, que medidas poderão ser mais eficazes para o promover e que papel cada um dos grupos inquiridos espera desempenhar na concretização deste objetivo.

Na abordagem aos temas da reindustrialização e da economia verde a estrutura do inquérito seguiu uma linha semelhante, explorando-se questões relacionadas com as seguintes dimensões:

- A importância do tema (tendo-se especificado, no caso da reindustrialização a importância para a UE e para Portugal);
- Razões para se apostar ou não nestas áreas;
- Conhecimento do conceito (economia verde);
- Agentes que podem contribuir de forma mais significativa (economia verde);
- Principais barreiras ou obstáculos identificados.

De seguida apresentam-se os principais resultados do tema da reindustrialização, sendo que os resultados relativos ao tema da economia verde surgem no subcapítulo seguinte e os do uso eficiente de recursos no subcapítulo que lhe segue.

3.1 Reindustrialização

Em relação ao tema da reindustrialização começou-se por perguntar qual a sua importância, sendo que dependendo da resposta dada a esta questão, os inquiridos eram direcionados para diferentes questões. De facto, quem respondia “muito importante” ou “importante” tinha depois que justificar a sua resposta assinalando as razões porque considerava que é importante e aqueles que assinalavam uma das outras duas opções de resposta – “pouco importante” ou “nada importante” – eram dirigidos para uma outra questão onde tinham de assinalar as razões porque não consideravam importante. Quem assinalava a opção de resposta “não sei” era direcionado para o tema seguinte (neste caso, para o grupo de perguntas sobre economia verde).

Assim, quando questionados sobre qual a importância do objetivo da UE de reforçar o setor industrial no espaço europeu, mais de 85% dos inquiridos referem que é “muito importante” ou “importante”. Não obstante esta opinião maioritária, a importância atribuída à reindustrialização é um pouco menor do que a atribuída à economia verde, como se verá no próximo subcapítulo. Entre as subamostras, é entre os cidadãos que com maior frequência se encontram inquiridos que assinalam que a aposta na reindustrialização é “muito importante” (Quadro 17).

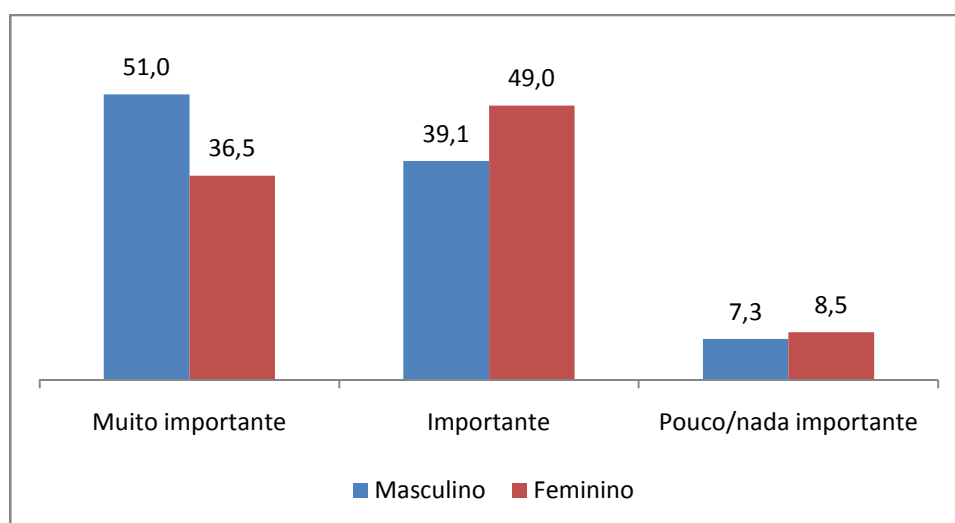


Quadro 17. Importância atribuída a reforçar o setor industrial europeu (%)

	Comunidade escolar	Comunidade académica	Cidadãos	Total
Muito importante	38,1	37,7	48,0	41,9
Importante	50,8	46,4	41,0	45,3
Pouco importante	6,6	8,5	5,9	7,0
Nada importante	0,9	0,7	1,6	1,1
Não sei	3,7	6,7	3,6	4,7
N	699	980	1150	2864

Apesar das limitações da amostra já referidas na nota metodológica, ensaiaram-se alguns cruzamentos com variáveis sociodemográficas para identificar em que camadas da população é mais frequente o apoio à reindustrialização. Verifica-se então que os homens tendem a atribuir maior importância à reindustrialização que as mulheres, sendo estas quem mais frequentemente opta por não responder (Figura 1) e que este apoio torna-se mais marcado à medida que avançamos nos escalões etários (Figura 2).

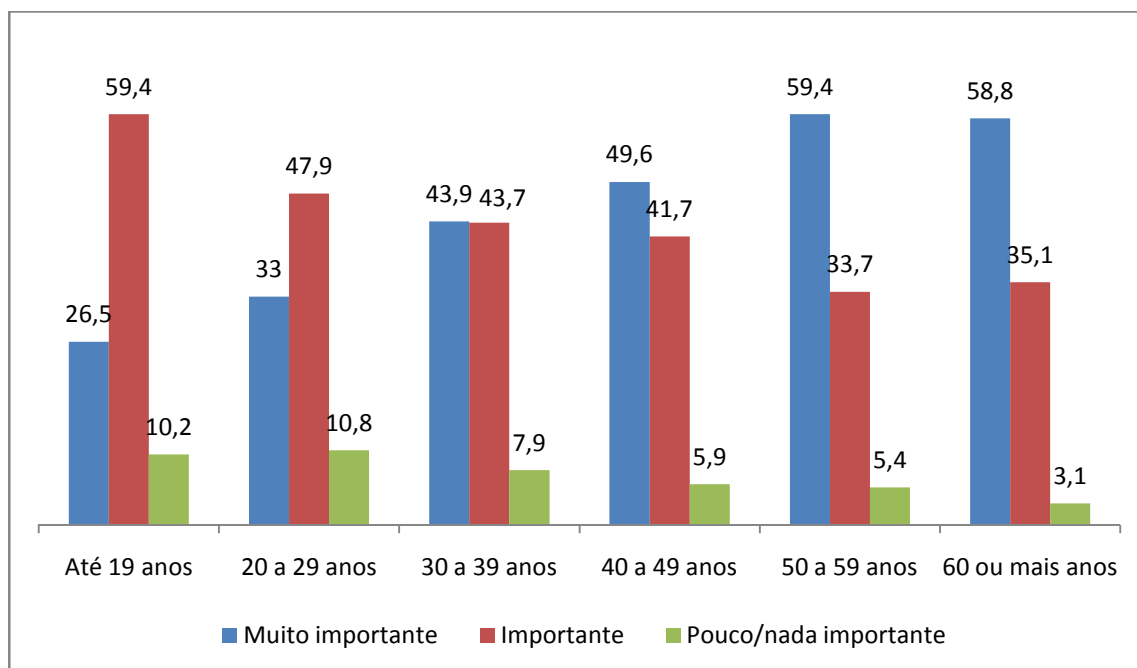
Figura 1 Importância atribuída a reforçar o setor industrial europeu segundo o sexo (%)



N - 2826



Figura 2 Importância atribuída a reforçar o setor industrial europeu por escalão etário (%)



N - 2809

De seguida era solicitado aos inquiridos que identificassem, de entre um conjunto de opções de resposta, aquelas que melhor expressavam as razões porque é importante apostar na reindustrialização. Entre as razões que foram mais seleccionadas surgem, em primeiro lugar, duas razões económicas, nomeadamente, a criação de emprego (62,8%) e o crescimento económico (58,9%), opções de resposta onde se observa grande consonância entre as três subamostras. A seguir surgem questões como a inovação e o desenvolvimento tecnológico (42%), o respeito pelo ambiente no processo de produção (36,6%), bem como a redução das importações de fora da UE (33,5%). Garantir os direitos humanos no processo de produção (20,2%) e a redução das emissões de gases com efeito de estufa (17%) são também identificadas como razões relevantes (Quadro 18).



Quadro 18. Razões porque é importante reforçar o setor industrial europeu (%)

	Comunidade escolar	Comunidade académica	Cidadãos	Total
Criar emprego	65,1	63,3	60,8	62,8
Promover o crescimento económico	60,5	59,2	57,7	58,9
Estimular a inovação e o desenvolvimento tecnológico	30,6	46,3	45,1	42,0
Garantir o respeito pelo ambiente no processo de produção	32,5	36,6	39,2	36,6
Reduzir as importações de produtos de países de fora da União Europeia	30,6	37,2	32,7	33,5
Garantir o respeito pelos direitos humanos no processo de produção	16,6	19,6	22,9	20,2
Reduzir as emissões de gases com efeitos de estufa	20,3	16,5	15,4	17,0
Permitir preços mais baixos	19,2	6,4	7,9	10,3
Melhorar a qualidade dos produtos	11,9	7,4	9,4	9,3
Não sei	1,1	0,6	0,2	0,6
N	621	823	1023	2467

Uma vez que estamos perante um inquérito, é difícil avançar com interpretações sobre qual é o conceito de reindustrialização que os inquiridos têm presente. Ainda assim, e tendo por base a distribuição das respostas, parece-nos razoável referir que o conceito de reindustrialização surge num novo enquadramento, onde o desenvolvimento industrial que se preconiza não se resume apenas à sua dimensão económica mais estrita (crescimento económico, emprego), mas antes dá lugar à integração da inovação e da tecnologia, com o intuito de melhorar o seu desempenho (certamente também económico), mas onde as preocupações ambientais surgem também como parte da equação. Assim, esta visão mais abrangente do conceito de reindustrialização que parece predominar entre esta amostra altamente qualificada parece indicar que um outro conceito, o de sustentabilidade, está presente e é considerado uma condição relevante. Parece apontar ainda para uma visão mais moderna da indústria, onde o desenvolvimento tecnológico e a inovação assumem um papel central. Ao mesmo tempo é provável que o grande apoio à reindustrialização (mais forte em Portugal do que em relação à UE como veremos mais à frente) seja, em parte, fruto da conjuntura atual que tem marcado o quotidiano dos portugueses – a crise económica. Contudo, estas suposições mereceriam uma análise de cariz qualitativo que o presente instrumento e o curto período de realização deste estudo de opinião não permitem.

No que concerne às razões para não se apostar na reindustrialização (N = 232, ou seja, 8,1% da amostra total – N = 2875), as mais relevantes prendem-se com o aumento da poluição (70%), o aumento do consumo de energia (49%) e a ocupação do território com atividades extrativas (49%). Como é possível verificar, as principais razões apresentadas parecem deixar entrever uma preocupação com o impacto da atividade industrial num uso mais intensivo de recursos no espaço europeu, com os consequentes impactos em termos de poluição e degradação ambiental. Estamos assim perante razões que se enquadram numa linha de argumentação assente em preocupação com



a dimensão ambiental e que deixam transparecer o receio de que o “re” da palavra reindustrialização não equivalha a um modelo diferente do crescimento industrial mais tradicional.

Quadro 19. Razões porque não é importante reforçar o setor industrial europeu (%)

	Comunidade escolar	Comunidade académica	Cidadãos	Total
Aumento da poluição	64,2	73,3	71,4	70,1
Aumento do consumo de energia	56,6	50,0	44,0	49,4
Maior ocupação do território com atividades de exploração de recursos (minerais, energia, etc.)	54,7	47,8	46,4	48,5
Aumento da importação de matérias-primas de fora da União Europeia	26,4	25,6	21,4	24,7
Redução dos salários e dos direitos laborais dos trabalhadores	15,1	30,0	20,2	23,4
Fiscalização que não consegue garantir o cumprimento da legislação	20,8	16,7	17,9	18,2
Aumento dos preços dos produtos	17,0	15,6	10,7	14,7
Não sei	7,5	5,6	10,7	7,8
N	53	90	84	227

Tendo em consideração as diferentes realidades existentes dentro da UE, considerou-se relevante questionar os inquiridos sobre se consideravam que a reindustrialização era importante para Portugal e para a UE na mesma medida. As respostas indicam que há uma diferença clara e que é considerado que o esforço de reindustrialização assume maior relevância para Portugal do que para a UE (Quadro 20), ainda que em ambos os casos a larga maioria das respostas (acima de 90%) se enquadre nas duas categorias que exprimem os níveis mais elevados de importância. Também estes resultados poderão ser fruto da conjuntura económica presente, para além de refletirem o discurso público que enquadrava a crise económica atual, onde existiram claras e repetidas referências à necessidade de Portugal expandir o seu setor industrial como possível via de ultrapassar.

Quadro 20. Importância atribuída à reindustrialização para a UE e para Portugal (%)

	Comunidade escolar		Comunidade académica		Cidadãos		Total	
	UE	PT	UE	PT	UE	PT	UE	PT
	Muito importante	35,9	64,2	33,0	64,2	38,9	70,3	36,0
Importante	60,6	32,9	63,8	32,6	58,1	27,1	60,7	30,5
Pouco importante	2,7	2,0	2,3	2,1	2,2	1,9	2,4	1,9
Nada importante	0,2	0,7	0,2	0,6	0,2	0,2	0,2	0,4
Não sei	0,6	0,3	0,6	0,5	0,7	0,5	0,7	0,5
N	619	611	820	819	1014	1013	2480	2470



A última questão colocada sobre o tema da reindustrialização abordava as barreiras à sua concretização, usando de novo a distinção entre a realidade europeia e a realidade nacional. As barreiras identificadas diferem bastante entre as duas realidades. Para a UE as principais barreiras identificadas prendem-se com os salários elevados (41%), a necessidade de importar matérias-primas de fora da UE (36%), a falta de continuidade das políticas (33%), o preço da energia (27%), bem como o excesso de burocracia (27%). Quando se analisam as respostas em relação a Portugal observa-se que entre as cinco principais barreiras identificadas, três são comuns às identificadas para a UE. São elas, o excesso de burocracia (44,2%), a falta de continuidade de políticas (37,7%) e o preço elevado da energia (33%). Os impostos elevados (46,5%) e as dificuldades de acesso a financiamento (42,3%) são outras das barreiras assinaladas como mais importantes para o caso português (Quadro 21).

Quadro 21. Barreiras à reindustrialização na UE e em Portugal (%)

	Comunidade escolar		Comunidade académica		Cidadãos		Total	
	UE	PT	UE	PT	UE	PT	UE	PT
Salários mais elevados (do que noutras regiões do mundo)	33,7	13,6	40,5	11,2	45,0	8,6	40,8	10,7
Necessidade de importar matérias-primas de fora da União Europeia	34,9	19,0	33,8	11,4	36,8	11,6	35,5	13,4
Falta de continuidade das políticas (alterações frequentes nas regras)	29,7	28,3	29,8	38,4	36,7	43,5	32,6	37,7
Preço elevado da energia	28,0	33,6	27,0	29,5	26,2	34,9	27,0	33,0
Excesso de burocracia	26,2	39,5	28,5	44,3	24,7	47,1	26,5	44,2
Exigência da legislação ambiental	26,2	9,3	18,8	7,2	25,9	5,8	23,6	7,0
Impostos elevados	26,2	51,1	21,1	45,2	22,1	44,9	22,9	46,5
Dificuldade de acesso a financiamento por parte das empresas	22,0	42,3	14,3	41,1	14,6	43,1	16,5	42,3
Falta de formação dos gestores/empresários/trabalhadores	13,6	22,3	8,5	20,2	9,4	24,8	10,1	22,6
Lentidão da justiça	11,1	28,9	5,9	29,6	5,5	31,2	7,1	30,2
Dimensão reduzida do mercado interno	8,4	26,4	5,5	30,1	5,2	22,4	6,1	26,0
Não sei	12,9	4,6	14,7	2,6	10,6	1,6	12,4	2,7
N	596	605	796	810	980	1002	2372	2417

Esta foi a questão onde se registou o maior número de “outras respostas” (271 no caso das barreiras na UE, 333 no caso das barreiras em Portugal), ou seja, onde mais pessoas consideraram importante sugerir outras opções de resposta. Uma análise qualitativa das respostas demonstra que uma boa



parte delas resultaram da necessidade que alguns inquiridos sentiram de assinalar como barreiras relevantes mais do que três opções, ou seja, apresentaram respostas que ou repetem ou se aproximam muito de algumas das opções de resposta. Contudo, houve um outro conjunto de respostas que introduziram novos aspetos a serem considerados como barreiras. No caso das barreiras para a Europa as referidas com maior frequência prendem-se com:

- A ausência de uma estratégia comum no espaço da União Europeia e de uma visão de maior apoio e equidade entre os Estados-Membros (mencionada por 105 inquiridos);
- A falta de ética e concorrência desleal, que remete diretamente para as condições desiguais de produção de produtos de fora do espaço da UE, e que coloca dificuldades à indústria europeia – (mencionada por 45 inquiridos).

No caso das barreiras para Portugal, as referências mais marcantes estão ligadas à:

- Falta de uma estratégia política que vise promover o desenvolvimento da indústria nas suas diferentes valências, falta de apoios eficazes e falta de visão e preparação dos políticos para responder ao desafio (referida por 91 inquiridos);
- Ausência de uma cultura de empreendedorismo, de correr riscos e de aposta na diferenciação e qualificação dos produtos, nomeadamente associando a inovação e o desenvolvimento tecnológico à produção industrial (referida por 51 inquiridos);
- Corrupção e subjugação a interesses específicos – nacionais ou internacionais (referida por 48 inquiridos).

3.2 Economia verde

Na abordagem ao tema da economia verde e dada a sua origem mais recente, optou-se por perguntar aos inquiridos se já tinham ouvido falar do conceito, sendo que é entre a subamostra dos cidadãos que se verifica uma maior familiaridade com o conceito, seguida da comunidade académica e, um pouco mais distante, a comunidade escolar. No seu conjunto, é possível afirmar que uma larga maioria dos inquiridos (80%) já ouviu falar de economia verde (Quadro 22).

Quadro 22. Já ter ouvido falar de economia verde (%)

	Comunidade escolar	Comunidade académica	Cidadãos	Total
Sim	66,5	78,9	88,6	79,8
Não	33,5	21,1	11,4	20,2
N	696	980	1148	2858

Tal como em relação ao tema da reindustrialização, também em relação ao conceito de economia verde, considerou-se relevante questionar os inquiridos sobre a importância que atribuíam à promoção do conceito, sendo que, como enquadramento à questão era apresentada uma definição



de economia verde (retirada de documentos do Programa Ambiental das Nações Unidas). Os inquiridos eram depois direcionados para questões subsequentes consoante a resposta que assinalavam (à semelhança do que ocorria nas respostas às questões sobre reindustrialização). Quem assinalou a opção de resposta “não sei” foi direcionado para o tema seguinte (neste caso, para o grupo de perguntas sobre uso eficiente de recursos).

No que diz respeito à importância de promover a economia verde, as opiniões são ainda mais marcadas no sentido da sua valorização, isto se se compararem com os resultados obtidos na questão colocada em relação à reindustrialização. De facto, não se registam diferenças relevantes entre as diferentes subamostras, ainda que seja entre os cidadãos e a comunidade académica que a implementação do conceito é, com maior frequência, considerada “muito importante”. Ainda assim, no global verifica-se que mais de 97% dos inquiridos têm a opinião que é “muito importante” ou “importante” promover a economia verde (Quadro 23).

Este apoio muito significativo ao conceito de Economia Verde não surge como grande surpresa, em particular se analisarmos os resultados do mais recente Eurobarómetro sobre Economia Circular, onde a amostra portuguesa, quando questionada sobre a importância de um tema central para a Economia Verde, o uso eficiente dos recursos, se posiciona de forma muito marcada nas duas categorias de maior apoio (74% considerando o uso eficiente de recursos como muito importante - e 24% algo importante) com 98% das respostas (Comissão Europeia, 2014b: 7). Tratando-se de uma amostra da população portuguesa a apresentando os dados uma tendência muito semelhante, estes resultados reforçam a confiança em algumas das tendências observadas neste estudo, mesmo que a amostra esteja fortemente enviesada em muitos dos parâmetros sócio-demográficos relevantes.

Quadro 23. Importância atribuída a promover a economia verde (%)

	Comunidade escolar	Comunidade académica	Cidadãos	Total
Muito importante	75,5	81,1	80,2	79,3
Importante	21,2	16,8	17,6	18,3
Pouco importante	1,3	1,0	0,8	1,0
Nada importante	0,1	0,2	0,4	0,3
Não sei	1,9	0,8	1,0	1,2
N	698	980	1150	2862

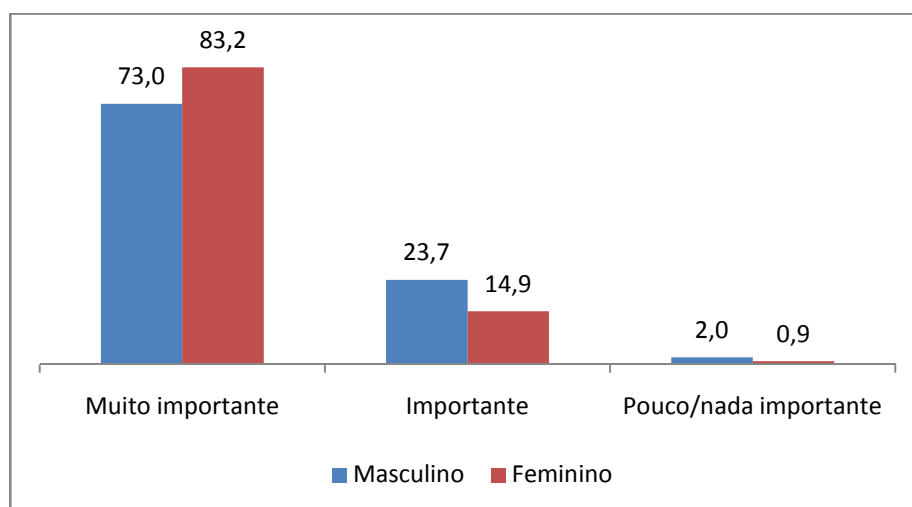
O facto de se observar este apoio esmagador ao conceito de Economia Verde parece indicar que entre os inquiridos desta amostra é maioritária a perspectiva de que o futuro deve integrar a sustentabilidade. Tratando-se de uma visão com maior pendor ambiental do que podemos encontrar em algumas das propostas políticas avançadas pela União Europeia (onde temas como a economia verde, economia circular, uso eficiente de recursos surgem muito justificadas pelo seu impacto positivo no desenvolvimento económico), ou seja, mesmo que se possa apontar uma certa visão “idealista” do conceito de Economia Verde, dificilmente se pode olhar para estes resultados e, comparando-os com os da reindustrialização, não reconhecer a reflexão avançada anteriormente. Merecendo os dois conceitos um tão significativo apoio por parte dos inquiridos, muitos dos que



consideraram muito ou algo importante apostas na reindustrialização são também os que atribuíram o mesmo grau de importância ao conceito de Economia Verde. Tratando-se de uma amostra altamente qualificada é possível depreender que a concretização da reindustrialização tende a ser enquadrada num contexto de Economia Verde.

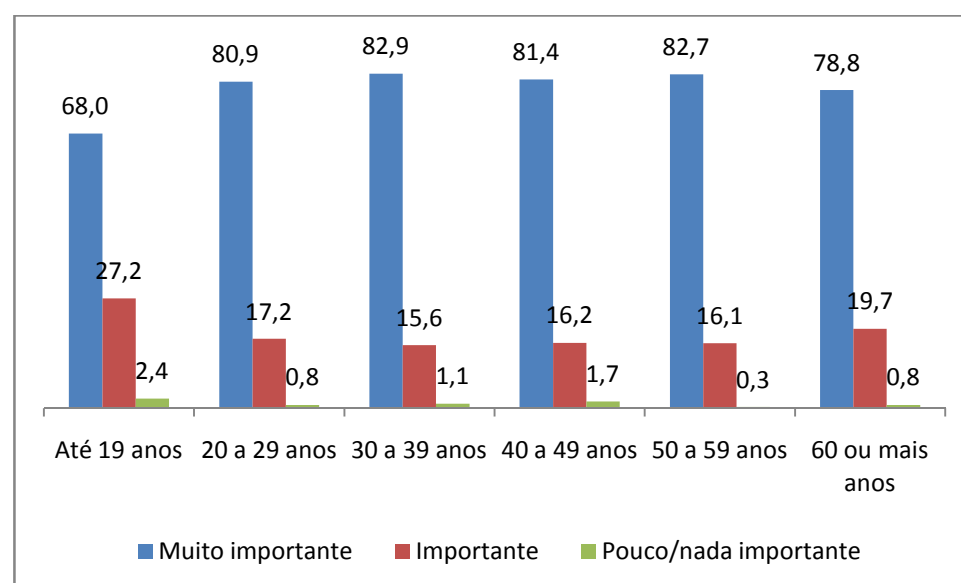
Tal como acima visto para a reindustrialização, são detetáveis ligeiras diferenças nas atitudes dos indivíduos face à Economia Verde segundo o seu sexo e idade: as mulheres tendem a conferir-lhe maior importância (Figura 3), os escalões etários intermédios também (Figura 4). Os mais jovens são os que menos importância atribuem a este conceito (isto quando consideramos apenas as respostas à categoria “muito importante”).

Figura 3 Importância atribuída à promoção da Economia Verde por sexo (%)



N - 2825

Figura 4 Importância atribuída à promoção da Economia Verde por escalão etário (%)



N - 2808



No que concerne às razões porque se considera a economia verde importante, procurou-se proporcionar um leque de opções de resposta que abrangesse diferentes áreas, desde as razões de cariz ambiental, às de cariz económico, passando por aspetos sociais. Ao contrário do verificado em relação às razões para se apostar na reindustrialização, no caso da economia verde, são as razões de cariz ambiental que assumem maior relevo, nomeadamente o fomento de um uso mais eficiente dos recursos (82,7%) ou o potencial de prevenção das alterações climáticas e da degradação ambiental (78,7%). De seguida encontramos razões que apontam para a dimensão social, seja através de uma distribuição mais justa dos recursos (57,1%), seja através do fomento à inovação e investigação científica (41%). As razões que apontam para os benefícios económicos (5%) são das menos selecionadas pelos inquiridos de qualquer uma das três subamostras (Quadro 24).

Quadro 24. Justificações para promover a economia verde (%)

	Comunidade escolar	Comunidade académica	Cidadãos	Total
Fomenta um uso mais eficiente dos recursos naturais	74,8	85,2	85,4	82,7
Ajuda a prevenir as alterações climáticas e a degradação ambiental do planeta	80,3	78,9	78,3	78,7
Promove uma distribuição mais justa dos recursos (naturais, económicos, etc.)	56,9	58,6	55,6	57,1
Promove a inovação e a investigação científica	37,5	43,2	40,9	41,0
Aumenta o emprego	16,3	8,6	11,9	12,0
Aumenta a competitividade da Europa	11,1	10,9	11,4	11,2
Ajuda-nos a sair da crise financeira	8,1	3,5	5,1	5,3
Não sei	1,0	0,1	0,2	0,4
N	670	959	1125	2754

Entre os inquiridos que optaram por complementar a sua resposta sugerindo outras justificações para que se promova a economia verde, para além das apresentadas *a priori*, a tendência que se destaca é a de associarem razões éticas e de sustentabilidade (presente e futura) à argumentação a favor da implementação do conceito – 21 referências.

Como já foi referido anteriormente, estes resultados deixam transparecer uma visão do conceito de Economia Verde muito assente numa das dimensões da sustentabilidade – a ambiental – e onde a dimensão económica parece ser relegada para segundo plano. Tal estará mais uma vez associado ao possível enviesamento “pró-ambiental” da amostra. Contudo, quando se analisam as propostas políticas europeias na área da Economia Verde, Economia Circular e uso eficiente de recursos a tónica económica está muito presente. Tal resulta não apenas do facto destas áreas serem consideradas estratégicas para o desenvolvimento económico, mas principalmente pelos estudos realizados (alguns deles estudos prévios ao lançamento das propostas de ação), que comprovam os benefícios económicos da aposta nestas áreas (por exemplo: Meyer, 2011; GHK et al, 2007). O facto de os inquiridos não associarem ao conceito de Economia verde os benefícios económicos deve servir como ponto de reflexão, no sentido de serem definidas estratégias de comunicação que permitam ultrapassar este enviesamento.



Quando se analisam as respostas dos inquiridos que consideram pouco ou nada importante fomentar a economia verde (N = 36, ou seja, 1,3% da amostra total – N = 2875), as principais razões apontadas prendem-se com aspetos económicos, ou seja, são referidas consequências como o aumento do preço dos bens, a diminuição da competitividade ou o fato de dificultar a saída da crise, para além de surgir ainda a referência a que é apenas mais um conceito. De qualquer modo, estamos perante respostas residuais.

De seguida, era solicitado aos inquiridos que assinalassem os agentes que consideravam poder dar um maior contributo para a concretização dos objetivos da economia verde. Em relação a esta questão é possível afirmar que os padrões de resposta apontam para o reconhecimento de que a concretização do modelo da economia verde necessita de ações conjuntas, ou seja, onde diferentes agentes exercem a sua capacidade de ação e influência. Esta constatação decorre do facto das respostas se terem distribuído pelos agentes governamentais (governos de cada país e União Europeia) a quem foi dada primazia (59% e 45% respetivamente), logo seguidos dos agentes empresariais (40%), das universidades e centros de investigação (40%), isto para além dos próprios cidadãos (42%), que surgem em terceiro lugar quando se considera a amostra total. Os meios de comunicação social (17%), o poder local (16%), a Organização Mundial do Comércio (12%), as Nações Unidas (12%) e as ONG (10%) surgem com menor relevo (Quadro 26).

Quadro 26. Agentes que mais podem contribuir para concretizar a economia verde (%)

	Comunidade escolar	Comunidade académica	Cidadãos	Total
Governos de cada país	53,0	58,1	62,3	58,6
União Europeia	43,3	45,5	44,7	44,6
Cidadãos	47,2	39,4	40,5	41,8
Empresas	34,0	40,9	42,3	39,8
Universidades e centros de investigação	32,1	43,8	39,9	39,4
Meios de comunicação social	19,1	17,8	15,5	17,2
Câmaras municipais e juntas de freguesia	18,8	15,7	14,2	15,7
Organização Mundial do Comércio	10,2	8,9	14,4	11,5
Nações Unidas	16,1	10,8	10,1	11,7
Organizações Não-Governamentais	10,2	9,9	9,3	9,7
Não sei	1,5	0,6	0,4	0,7
N	676	955	1119	2750

A última questão colocada aos inquiridos sobre economia verde prendia-se com a identificação dos maiores obstáculos à concretização deste novo modelo de Economia. De novo, colocados perante a diversidade de opções de resposta, verificou-se a opção por uma conjugação de fatores. O obstáculo mais relevante identificado foi o da falta de vontade política para tomar as decisões necessárias (57%), muito embora, a falta de vontade não seja identificada apenas em relação aos agentes políticos, mas é extensível, quer aos agentes empresariais, quer aos cidadãos. A dependência de combustíveis fósseis (39,6%) e a falta de harmonização de regras éticas, ambientais e sociais (35,5%)



são também identificadas como barreiras importantes à concretização do modelo da economia verde (Quadro 27).

Quadro 27. Obstáculos identificados em relação à concretização da economia verde (%)

	Comunidade escolar	Comunidade académica	Cidadãos	Total
Falta de vontade política para tomar as decisões necessárias	48,4	57,9	61,0	56,8
Dependência dos combustíveis fósseis	43,4	40,3	36,1	39,6
As empresas não estarem interessadas em mudar a sua forma de atuar	38,2	40,1	33,8	36,9
Falta de harmonização internacional das regras éticas, ambientais, sociais	29,2	32,7	41,9	35,5
População não está preparada para uma mudança dos seus hábitos de consumo	31,6	31,3	27,4	30,1
Dificuldade de acesso a tecnologias inovadoras devido ao seu preço elevado	21,8	23,0	23,6	22,9
Falta de informação sobre a importância de gerir os recursos naturais	25,2	19,7	23,8	22,8
Dificuldade em promover os interesses coletivos	21,2	24,0	25,3	23,7
Crise económica atual	26,8	21,4	18,7	21,6
Não sei	1,8	0,4	0,4	0,7
N	671	957	1120	2748

Também nesta questão surgiram algumas sugestões de outras barreiras à plena implementação do conceito de Economia Verde, para além das apresentadas na lista inicial, sendo de sublinhar a falta de ética por parte de empresas e agentes políticos (mencionada por 34 inquiridos).

3.3 Uso eficiente de recursos

O uso eficiente de recursos é uma das dimensões fundamentais da economia verde e da promoção da sustentabilidade, sendo das dimensões que requerem um maior grau de adesão por parte dos cidadãos e consumidores. Neste sentido, o inquérito por questionário procurou apurar as opiniões dos inquiridos sobre o tema do uso eficiente de recursos, mas também os comportamentos já desenvolvidos pelos cidadãos ou que estarão disponíveis para passar a desenvolver. Por outro lado, foi decidido também inquirir os cidadãos sobre as metas de sustentabilidade definidas na estratégia Europa 2020. Em suma, as principais dimensões de análise que estiveram na base das questões colocadas sobre este tema foram:

- Uso eficiente de recursos e o seu impacto ambiental, social e económico (reconhecimento de eventuais desafios)
- Disponibilidade para o contributo individual



- Importância das metas 20-20-20 e potenciais impactos na economia (empresas e famílias).

No que respeita às opiniões sobre o uso eficiente de recursos (Quadros 28 a 31), verifica-se que este tema suscita um elevado grau de consenso, uma vez que para todas as afirmações disponibilizadas perto de 90% da amostra se concentra nas categorias de concordância (no que respeita à produção de bens duráveis, na alteração dos hábitos de vida, na importância para o desenvolvimento económico, na inevitabilidade deste princípio de eficiência ou a redução da importação de matérias primas) ou, alternativamente nas categorias de discordância (no caso da resolução do problema exclusivamente pela via do desenvolvimento científico e tecnológico). Uma única afirmação suscitou a divisão de opiniões: a proibição de venda de produtos não eficientes recolheu 54% de opiniões favoráveis e 37% de opiniões desfavoráveis.

De uma forma global, os aspetos que mereceram maior concordância prendem-se com a necessidade de integrar o uso eficiente de recursos desde o primeiro momento da conceção dos produtos, de forma a garantir que o seu ciclo de vida corresponde ao objetivo inicial, bem como o reconhecimento da necessidade de se alterarem hábitos e rotinas. Assim, observa-se que os inquiridos desta amostra tendem a reconhecer a necessidade de uma ação integrada a diferentes níveis (tanto individual como estrutural) para que seja possível concretizar o objetivo de usar os recursos de forma mais eficiente. O reconhecimento da inevitabilidade da ação, face à finitude de muitos dos recursos que estruturam o nosso quotidiano, a par com a noção de que a ação a este nível terá impactos positivos no desenvolvimento económico são outros dos aspetos que merecem ser sublinhados. Desde logo porque, ao contrário do observado em relação à Economia verde, o uso eficiente de recursos já tende a ser associado, com maior clareza, a benefícios económicos. Estes resultados parecem reforçar conclusões assinaladas anteriormente que apontavam no sentido dos inquiridos desta amostra terem maioritariamente a perspetiva de que a implementação de conceitos como a Economia Verde ou a abordagem do uso eficiente de recursos apenas ser possível com o envolvimento e participação ativa de diferentes agentes. Da mesma forma, as respostas a esta questão voltam a demonstrar que, para esta amostra, temas como o uso eficiente de recursos são considerados centrais para o desenvolvimento económico futuro. Observa-se ainda um claro reconhecimento da necessidade de agir, face a recursos, muitos deles, finitos.

As reticências demonstradas em relação à proibição de venda de produtos menos eficientes e não reutilizáveis vão ao encontro do observado noutros estudos, onde as opções de ação que podem interferir com o poder de escolha e o livre arbítrio dos cidadãos consumidores, tende a ser percecionadas de forma mais cautelosa do que outras opções (Schmidt, Truninger e Valente, 2004: 110).



Quadro 28. Grau de concordância com afirmações sobre o uso eficiente de recursos (amostra total) (%)

	Concordo totalmente	Concordo	Discordo	Discordo totalmente	Não sei	N
Significa desenhar e produzir os bens de forma a serem duráveis, reparáveis, reutilizáveis e recicláveis.	58,8	37,0	2,5	0,3	1,4	2833
Implica alterações nos hábitos de vida das pessoas (consumir menos, reutilizar mais)	56,1	37,4	4,7	1,0	0,8	2839
É fundamental para o desenvolvimento económico	46,4	43,9	5,2	0,6	3,8	2834
É inevitável porque os recursos se estão a esgotar	46,9	38,6	9,3	2,8	2,4	2837
Contribuirá para reduzir as importações de matérias-primas	30,4	51,5	9,3	1,2	7,6	2824
Requer a proibição da venda de produtos menos eficientes ou não reutilizáveis	14,4	42,0	32,1	4,8	6,8	2822
Não é uma questão relevante, pois com o avanço científico e tecnológico iremos descobrir novas fontes de recursos (por exemplo, no mar)	3,6	9,8	36,6	45,9	4,0	2823

Quadro 29. Grau de concordância com afirmações sobre o uso eficiente de recursos (comunidade escolar) (%)

	Concordo totalmente	Concordo	Discordo	Discordo totalmente	Não sei	N
Significa desenhar e produzir os bens de forma a serem duráveis, reparáveis, reutilizáveis e recicláveis.	52,5	39,6	5,2	0,3	2,3	687
Implica alterações nos hábitos de vida das pessoas (consumir menos, reutilizar mais)	49,2	41,6	6,0	1,6	1,6	687
É fundamental para o desenvolvimento económico	42,0	49,1	5,5	0,4	2,9	688
É inevitável porque os recursos se estão a esgotar	41,9	39,1	11,5	4,8	2,8	688
Contribuirá para reduzir as importações de matérias-primas	29,0	52,8	10,1	1,4	6,7	690
Requer a proibição da venda de produtos menos eficientes ou não reutilizáveis	13,7	43,3	31,8	4,7	6,5	688
Não é uma questão relevante, pois com o avanço científico e tecnológico iremos descobrir novas fontes de recursos (por exemplo, no mar)	6,0	18,1	37,0	35,1	3,8	686



Quadro 30. Grau de concordância com afirmações sobre o uso eficiente de recursos (comunidade académica) (%)

	Concordo totalmente	Concordo	Discordo	Discordo totalmente	Não sei	N
Significa desenhar e produzir os bens de forma a serem duráveis, reparáveis, reutilizáveis e recicláveis.	61,4	36,5	0,9	0,3	0,9	971
Implica alterações nos hábitos de vida das pessoas (consumir menos, reutilizar mais)	58,2	34,8	5,3	1,1	0,5	974
É fundamental para o desenvolvimento económico	45,8	43,1	5,6	0,4	5,0	974
É inevitável porque os recursos se estão a esgotar	46,0	39,2	8,8	2,9	3,1	976
Contribuirá para reduzir as importações de matérias-primas	30,7	51,8	7,5	1,0	9,0	971
Requer a proibição da venda de produtos menos eficientes ou não reutilizáveis	13,6	38,1	34,8	5,1	8,3	973
Não é uma questão relevante, pois com o avanço científico e tecnológico iremos descobrir novas fontes de recursos (por exemplo, no mar)	2,4	5,2	33,6	54,5	4,3	973

Quadro 31. Grau de concordância com afirmações sobre o uso eficiente de recursos (cidadãos) (%)

	Concordo totalmente	Concordo	Discordo	Discordo totalmente	Não sei	N
Significa desenhar e produzir os bens de forma a serem duráveis, reparáveis, reutilizáveis e recicláveis.	60,6	35,8	2,1	0,3	1,1	1143
Implica alterações nos hábitos de vida das pessoas (consumir menos, reutilizar mais)	58,7	36,8	3,6	0,4	,5	1145
É inevitável porque os recursos se estão a esgotar	51,0	37,4	8,4	1,5	1,7	1141
É fundamental para o desenvolvimento económico	49,2	41,9	4,6	0,8	3,4	1140
Contribuirá para reduzir as importações de matérias-primas	31,1	50,5	10,2	1,2	7,1	1130
Requer a proibição da venda de produtos menos eficientes ou não reutilizáveis	15,4	45,3	29,4	4,6	5,3	1130
Não é uma questão relevante, pois com o avanço científico e tecnológico iremos descobrir novas fontes de recursos (por exemplo, no mar)	3,1	8,7	39,0	45,5	3,7	1132

No que respeita às diferenças entre subamostras, estas são muito ténues. Os respondentes da comunidade escolar tendem a depositar maior confiança na capacidade do avanço científico e



tecnológico resolver o problema dos recursos escassos e a ser ligeiramente menos favorável à alteração dos hábitos de vida e ao desenho de produtos mais eficientes, bem como a considerar que os recursos se estão realmente a esgotar. A comunidade académica é a mais cética em relação à capacidade da ciência e tecnologia resolver o problema da escassez e a que mais apoia a produção de bens eficientes. Os cidadãos são o grupo mais favorável (ainda que a uma curta distância dos restantes) face à proibição de venda de bens não eficientes.

Registam-se algumas diferenças nas respostas a estas questões segundo as características sociodemográficas dos inquiridos (Figura 5 e Quadro 32). Os homens tendem a ser mais otimistas quanto à capacidade da ciência resolver o problema da escassez de recursos e mais favoráveis à proibição de venda de produtos menos eficientes. Tendem também a exprimir maior concordância com a redução de importação de matérias-primas proporcionada pelo uso eficiente de recursos. Já as mulheres reconhecem mais frequentemente a necessidade de alterar os hábitos de consumo, a inevitabilidade da ação nesse sentido e o papel que agir ao nível da promoção do uso eficiente de recursos pode desempenhar no desenvolvimento económico. Em termos etários, é o grupo dos mais jovens (até 19 anos) que exprime respostas mais distintas: menor concordância com a maioria das afirmações (equivalente talvez a menor informação e/ou menor envolvimento nos temas tendo em atenção a fase da vida em que se encontram) e maior confiança na ciência para resolver o problema dos recursos.

Figura 5 Grau de concordância com afirmações sobre o uso eficiente de recursos por sexo (categoria de resposta “concordo totalmente”) (%)





Quadro 32 Grau de concordância com afirmações sobre o uso eficiente de recursos por escalão etário (categoria de resposta “concordo totalmente”) (%)

	Até 19 anos	20 a 29 anos	30 a 39 anos	40 a 49 anos	50 a 59 anos	60 ou mais anos
Significa desenhar e produzir os bens de forma a serem duráveis, reparáveis, reutilizáveis e recicláveis.	42,5	59,5	62,8	63,4	65,6	57,7
Implica alterações nos hábitos de vida das pessoas (consumir menos, reutilizar mais)	34,6	55,8	60,9	62,3	66,4	55,7
É inevitável porque os recursos se estão a esgotar	34,7	42,9	50,2	53,3	54,0	51,9
É fundamental para o desenvolvimento económico	36,5	44,9	51,3	49,3	50,3	43,7
Contribuirá para reduzir as importações de matérias-primas	24,9	29,7	29,7	33,3	34,1	35,4
Requer a proibição da venda de produtos menos eficientes ou não reutilizáveis	12,1	10,7	15,0	15,6	20,0	15,9
Não é uma questão relevante, pois com o avanço científico e tecnológico iremos descobrir novas fontes de recursos (por exemplo, no mar)	8,8	2,2	1,5	3,1	2,4	4,0

No que respeita aos comportamentos dirigidos ao uso eficiente de recursos, já executados ou com disponibilidade para virem a ser adotados (Quadros 33 a 36), constata-se que a maioria dos inquiridos já optou pela compra de produtos mais eficientes (76%) e pela redução das aquisições (71%), bem como o desenvolvimento de esforços de sensibilização de familiares e amigos (64%). Perto de um terço dos respondentes afirma comprar ou vender produtos em segunda mão e ter reduzido o consumo de carne. Um pouco mais de um quarto refere desenvolver iniciativas no local de trabalho para promoção do uso eficiente de recursos. Com uma taxa de resposta inferior encontram-se o aluguer ou empréstimo de produtos, a participação em organizações desta área e a geração de energia renovável (que tem estado sujeita a oscilações significativas da política de incentivos). É de realçar que os únicos comportamentos a que os inquiridos demonstram uma menor disponibilidade para aderir são a redução do consumo de carne de vaca e lacticínios, o recurso a bens emprestados ou alugados, a participação em organizações e a geração de energia.

**Quadro 33. Contributo para o uso eficiente de recursos (amostra total) (%)**

	Já faço isso	Estou disponível	Não estou disponível	Não sei	N
Comprar produtos mais eficientes, reutilizáveis ou recicláveis, mesmo que custem mais (ex. lâmpadas eficientes)	75,7	18,6	3,6	2,1	2843
Reduzir a compra de bens (por exemplo, usando cada produto durante mais tempo ou reparando-o)	71,4	25,0	2,0	1,7	2845
Sensibilizar amigos e familiares para a importância do uso eficiente dos recursos	63,5	32,5	2,6	1,4	2844
Comprar ou vender produtos em segunda mão	39,6	48,4	7,6	4,3	2833
Reduzir o consumo de carne e laticínios	33,7	36,1	22,6	7,6	2842
Desenvolver iniciativas no local de trabalho, de estudo ou junto da comunidade que promovam o uso eficiente de recursos (por exemplo, partilha de boleias, instalação de painéis solares)	27,4	62,0	6,2	4,3	2839
Recorrer ao aluguer ou empréstimo de produtos	16,0	54,8	16,4	12,7	2821
Ser membro ou participar em organizações que defendam o uso eficiente dos recursos	13,5	61,7	16,9	7,9	2828
Tornar-se produtor de energia (ex. painéis fotovoltaicos)	7,4	64,9	18,6	9,1	2827

Quadro 34. Contributo para o uso eficiente de recursos (comunidade escolar) (%)

	Já faço isso	Estou disponível	Não estou disponível	Não sei	N
Comprar produtos mais eficientes, reutilizáveis ou recicláveis, mesmo que custem mais (ex. lâmpadas eficientes)	65,2	25,5	6,1	3,2	693
Reduzir a compra de bens (por exemplo, usando cada produto durante mais tempo ou reparando-o)	62,3	29,9	4,5	3,3	693
Sensibilizar amigos e familiares para a importância do uso eficiente dos recursos	56,5	36,2	5,2	2,2	694
Comprar ou vender produtos em segunda mão	31,4	51,7	11,8	5,1	688
Desenvolver iniciativas no local de trabalho, de estudo ou junto da comunidade que promovam o uso eficiente de recursos	29,0	55,8	9,9	5,4	690
Reduzir o consumo de carne e laticínios	26,7	36,7	27,6	9,0	689
Recorrer ao aluguer ou empréstimo de produtos	13,4	48,3	24,6	13,7	687
Ser membro ou participar em organizações que defendam o uso eficiente dos recursos	12,5	59,8	19,8	8,0	691
Tornar-se produtor de energia (ex. painéis fotovoltaicos)	9,0	57,2	23,3	10,6	691

**Quadro 35. Contributo para o uso eficiente de recursos (comunidade académica) (%)**

	Já faço isso	Estou disponível	Não estou disponível	Não sei	N
Comprar produtos mais eficientes, reutilizáveis ou recicláveis, mesmo que custem mais (ex. lâmpadas eficientes)	77,2	17,1	3,5	2,3	976
Reduzir a compra de bens (por exemplo, usando cada produto durante mais tempo ou reparando-o)	75,6	22,0	1,0	1,3	977
Sensibilizar amigos e familiares para a importância do uso eficiente dos recursos	64,2	32,8	1,9	1,0	976
Comprar ou vender produtos em segunda mão	45,5	45,1	6,1	3,5	974
Reduzir o consumo de carne e laticínios	33,4	32,6	25,4	8,5	975
Desenvolver iniciativas no local de trabalho, de estudo ou junto da comunidade que promovam o uso eficiente de recursos	28,1	61,8	5,9	4,2	976
Recorrer ao aluguer ou empréstimo de produtos	16,6	54,1	15,9	13,4	970
Ser membro ou participar em organizações que defendam o uso eficiente dos recursos	12,9	60,1	18,1	8,9	971
Tornar-se produtor de energia (ex. painéis fotovoltaicos)	6,9	65,9	18,6	8,6	973

Quadro 36. Contributo para o uso eficiente de recursos (cidadãos) (%)

	Já faço isso	Estou disponível	Não estou disponível	Não sei	N
Comprar produtos mais eficientes, reutilizáveis ou recicláveis, mesmo que custem mais (ex. lâmpadas eficientes)	80,7	15,9	1,9	1,4	1142
Reduzir a compra de bens (por exemplo, usando cada produto durante mais tempo ou reparando-o)	73,3	24,5	1,3	,9	1142
Sensibilizar amigos e familiares para a importância do uso eficiente dos recursos	67,1	30,1	1,6	1,2	1142
Comprar ou vender produtos em segunda mão	40,1	49,4	6,0	4,5	1139
Reduzir o consumo de carne e laticínios	38,4	38,6	16,9	6,0	1145
Desenvolver iniciativas no local de trabalho, de estudo ou junto da comunidade que promovam o uso eficiente de recursos	25,9	66,0	4,3	3,9	1140
Recorrer ao aluguer ou empréstimo de produtos	17,2	59,6	11,5	11,7	1132
Ser membro ou participar em organizações que defendam o uso eficiente dos recursos	14,8	64,3	13,7	7,1	1135
Tornar-se produtor de energia (ex. painéis fotovoltaicos)	6,8	69,2	15,4	8,6	1131



Considerando agora as diferenças entre subamostras, a comunidade escolar regista as taxas mais baixas de execução dos comportamentos listados, à exceção das iniciativas desenvolvidas no local de trabalho ou estudo e da produção de energia renovável, o que estará associado aos projetos executados nas escolas neste domínio e também na menor capacidade dos estudantes influírem nas decisões de consumo das suas famílias. Os inquiridos da comunidade académica mostram-se mais adeptos da redução de compra de bens e da compra e venda de produtos em segunda mão.

No âmbito da estratégia Europa 2020, a Comissão Europeia definiu um conjunto de metas a atingir até final da segunda década do século XXI, que têm vindo a ser progressivamente atualizadas. Três dessas metas dizem diretamente respeito à questão da sustentabilidade energética e combate às alterações climáticas: reduzir em 80% as emissões de carbono (mas com a meta de 2050), garantir que 20% da energia provém de fontes renováveis e garantir um aumento de 20% na eficiência energética.

Face à apresentação destas metas no questionário do inquérito, a grande maioria dos inquiridos mostrou-se favorável aos objetivos propostos (Quadro 37 a 39). É no entanto a meta de redução das emissões de gases com efeitos de estufa que recolhe um apoio mais expressivo (78%). São poucas as diferenças entre as subamostras, com apenas a comunidade escolar a expressar uma ligeiramente menor concordância com a meta da eficiência energética, resposta que se fica a dever, em grande parte, à resposta dos mais jovens, como se verá um pouco mais à frente.

Quadro 37. Grau de importância atribuído à meta estabelecida pela UE “Até 2050, reduzir as emissões de carbono em 80%” (%)

	Comunidade escolar	Comunidade académica	Cidadãos	Total
Muito importante	77,9	78,3	77,6	77,9
Importante	18,0	18,2	19,2	18,0
Pouco importante	2,0	1,5	1,3	2,0
Nada importante	0,4	0,2	0,8	0,4
Não sei	1,6	1,7	1,1	1,6
N	689	978	1147	2850

Quadro 38. Grau de importância atribuído à meta estabelecida pela UE “Garantir que, até 2020, 20% da energia usada na União Europeia seja de origem renovável (ex. eólica, solar)” (%)

	Comunidade escolar	Comunidade académica	Cidadãos	Total
Muito importante	74,1	76,2	77,8	76,2
Importante	22,9	20,9	20,1	21,1
Pouco importante	0,9	1,6	1,3	1,3
Nada importante	0,6	0,3	0,3	0,4
Não sei	1,6	1,0	0,6	1,0
N	695	977	1147	2854



Quadro 39. Grau de importância atribuído à meta estabelecida pela UE “Garantir, até 2020, um aumento de 20% na eficiência energética na União Europeia” (%)

	Comunidade escolar	Comunidade académica	Cidadãos	Total
Muito importante	61,9	72,9	75,2	71,2
Importante	32,8	23,7	22,1	25,3
Pouco importante	2,3	1,5	1,2	1,6
Nada importante	0,9	0,1	0,3	0,4
Não sei	2,2	1,7	1,1	1,6
N	695	978	1145	2853

Quando comparamos estes resultados com os de uma questão de um estudo recente do Eurobarómetro sobre alterações climáticas, onde foi perguntado o grau de concordância com a proposta dos governos estabelecerem metas para as energias renováveis e para a eficiência energética até 2030, verifica-se que existem algumas diferenças. Salvaguardando, desde já, o facto das perguntas não serem iguais, a tendência é semelhante no que diz respeito à percentagem de inquiridos que respondem positivamente («muito importante» e «importante»), com valores em torno dos 90%. Contudo, quando se analisam as duas categorias de resposta mais seleccionadas verifica-se que, ao contrário do que sucede no presente estudo de opinião, a divisão é muito mais equilibrada, com o «muito importante» a reunir cerca de 40% das opções de resposta e o «importante» 50% (Comissão Europeia, 2014a: 53-59). São várias as razões que podem ser apontadas. Desde logo o facto de se tratar de questões distintas, onde num caso (o do presente estudo) estarmos perante dados concretos, uma vez que as metas sobre as quais se pedia a opinião já estão aprovadas politicamente e em plena implementação, ao passo que no estudo do Eurobarómetro a pergunta colocada era mais genérica e referente ao futuro. A outra pode prender-se com a diferença nas amostras. Dada a elevada qualificação da amostra do presente estudo e a sua concentração em escalões etários mais jovens, é expectável que se observe uma maior adesão a estes temas, particularmente no que concerne às energias renováveis (Delicado et al, 2014: 157 e 160).

No que respeita às diferenças sociodemográficas, as mulheres demonstram um maior grau de apoio às metas de redução de emissões e de uso de energias renováveis e os homens consideram a meta de eficiência energética um pouco mais importante do que as mulheres (Figura 6). No que diz respeito à influência dos escalões etários os jovens são os que demonstram um menor apoio às metas europeias, com particular destaque para a meta referente à eficiência energética (isto quando se consideram apenas as respostas na categoria de resposta “muito importante” (Figura 7).



Figura 6 Grau de importância atribuído ao cumprimento das metas estabelecidas pela União Europeia por sexo (categoria de resposta “muito importante”)(%)

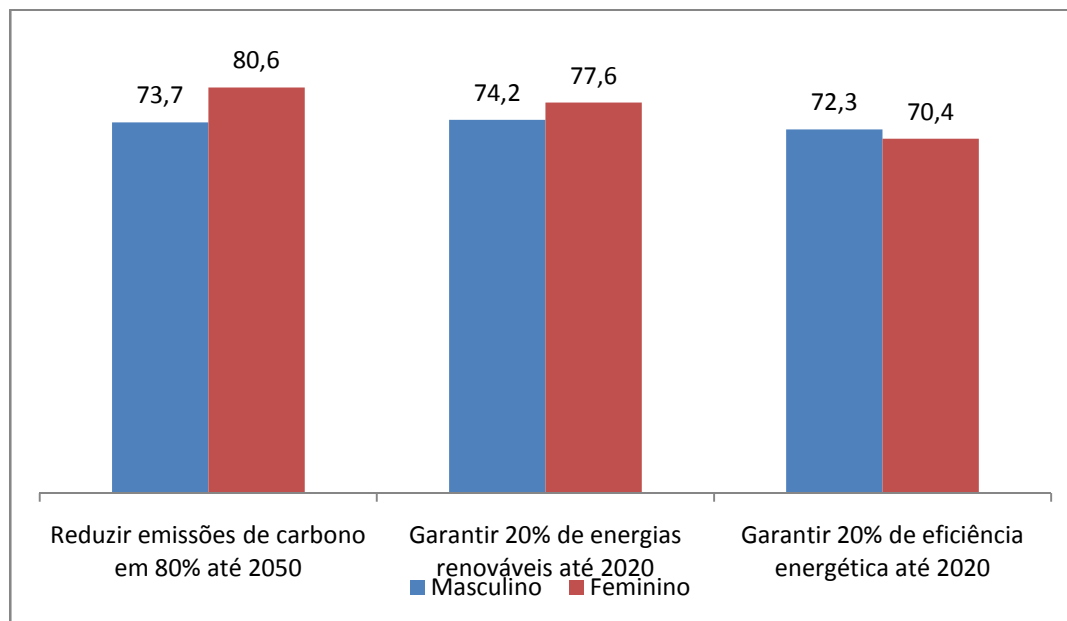
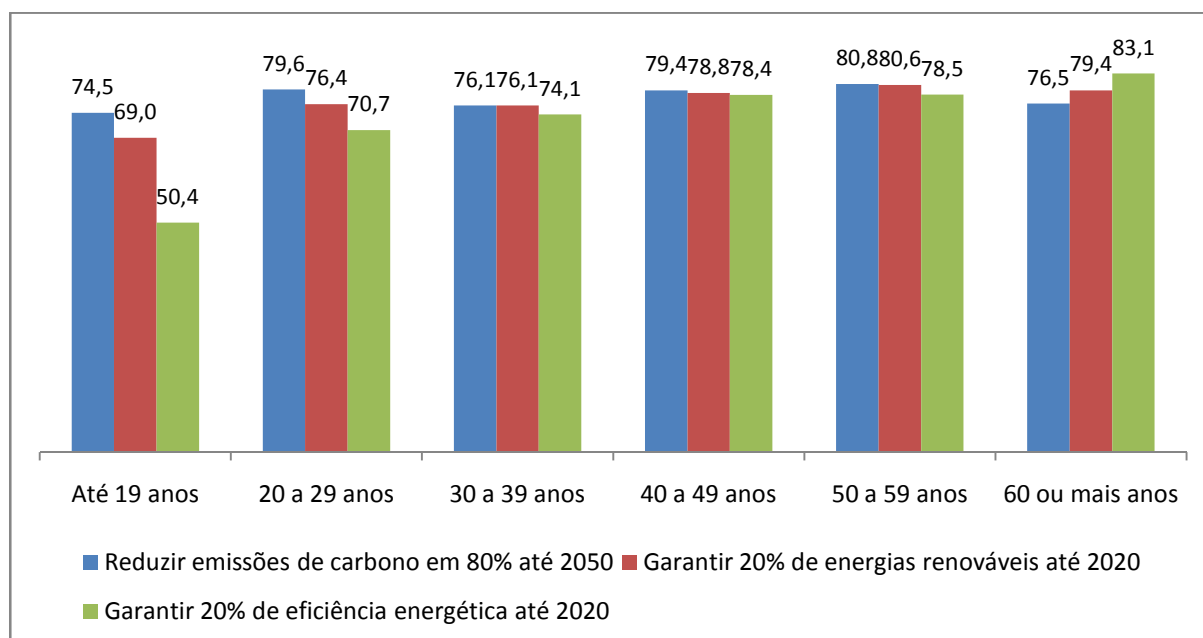


Figura 7 Grau de importância atribuído ao cumprimento das metas estabelecidas pela União Europeia por escalões etários (categoria de resposta “muito importante”)



Tendo sido pedido aos inquiridos que fizessem uma avaliação dos impactos destas metas sobre diferentes aspetos (Quadros 39 a 42, Figura 4), verifica-se que as opiniões positivas suplantam as negativas em todos dos domínios, mas que é a qualidade de vida dos cidadãos e a dependência dos combustíveis fósseis que são consideradas mais positivamente afetadas pelo cumprimento destas



metas. Segue-se-lhes a redução do preço da energia para famílias e empresas e a criação de emprego e, por fim, a competitividade das empresas. Mais uma vez, as diferenças entre subamostras são pouco significativas. A comunidade escolar considera um impacto mais positivo das metas da redução do preço da energia e na criação de emprego e a comunidade académica é tendencialmente a (ligeiramente) menos otimista nestas dimensões.

Quadro 40. Avaliação dos impactos das metas estabelecidas pela União Europeia (amostra total) (%)

	Muito positivos	Positivos	Nem positivos nem negativos	Negativos	Muito negativos	Não sei	N
Qualidade de vida dos cidadãos (qualidade do ar, saúde, etc.)	73,5	22,7	2,1	0,4	0,2	1,1	2849
Redução da dependência dos combustíveis fósseis (ex. petróleo)	68,0	26,8	2,9	0,6	0,3	1,3	2846
Redução do preço da energia para as famílias	47,0	29,5	11,6	6,0	1,2	4,7	2844
Criação de emprego	41,6	33,9	16,8	1,1	0,4	6,1	2838
Redução do preço da energia para as empresas	37,9	37,1	11,9	6,5	0,8	5,8	2843
Competitividade da indústria europeia face às indústrias de outros países	32,6	40,5	13,3	6,2	1,1	6,3	2842

Estes resultados vão ao encontro dos registados no estudo recente do Eurobarómetro (já referido anteriormente), onde foram colocadas questões muito semelhantes às aqui apresentadas, ainda que em relação ao uso eficiente de recursos, quando aqui se perguntaram os impactos das metas 20-20-20. De qualquer modo, mesmo tratando-se de temas diferentes, a proximidade temática é grande. No Eurobarómetro, a amostra portuguesa demonstra uma perceção muito positiva do impacto das políticas de promoção do uso eficiente de recursos na qualidade de vida (87%), no crescimento económico (85%) e no emprego (83%) em Portugal (Comissão Europeia, 2014b: 10). Mais uma vez, as tendências de resposta semelhantes sobre temas que estão fortemente ligados parecem reforçar a ideia que a amostra do presente estudo permitiu capturar, até certo ponto, a opinião de uma parte da população portuguesa.



Quadro 41. Avaliação dos impactos das metas estabelecidas pela União Europeia (comunidade escolar) (%)

	Muito positivos	Positivos	Nem positivos nem negativos	Negativos	Muito negativos	Não sei	N
Qualidade de vida dos cidadãos (qualidade do ar, saúde, etc.)	73,7	20,4	3,3	0,7	0,3	1,6	691
Redução da dependência dos combustíveis fósseis (ex. petróleo)	64,0	28,2	4,3	1,2	0,6	1,7	691
Redução do preço da energia para as famílias	51,6	32,2	9,2	3,0	0,3	3,6	692
Criação de emprego	49,6	31,5	12,6	1,3	0,4	4,5	691
Redução do preço da energia para as empresas	39,4	41,7	10,7	3,9	0,3	4,1	691
Competitividade da indústria europeia face às indústrias de outros países	31,1	45,2	13,7	4,0	0,6	5,3	692

Quadro 42. Avaliação dos impactos das metas estabelecidas pela União Europeia (comunidade académica) (%)

	Muito positivos	Positivos	Nem positivos nem negativos	Negativos	Muito negativos	Não sei	N
Qualidade de vida dos cidadãos (qualidade do ar, saúde, etc.)	72,6	24,3	1,6	0,2	0,2	1,1	977
Redução da dependência dos combustíveis fósseis (ex. petróleo)	69,3	26,5	2,5	0,2	0,3	1,2	975
Redução do preço da energia para as famílias	43,8	30,2	11,5	7,3	1,6	5,6	976
Criação de emprego	37,1	34,9	17,9	1,1	0,5	8,4	970
Redução do preço da energia para as empresas	35,5	36,7	12,1	7,8	0,7	7,3	976
Competitividade da indústria europeia face às indústrias de outros países	30,1	37,7	17,1	5,6	1,1	8,4	977



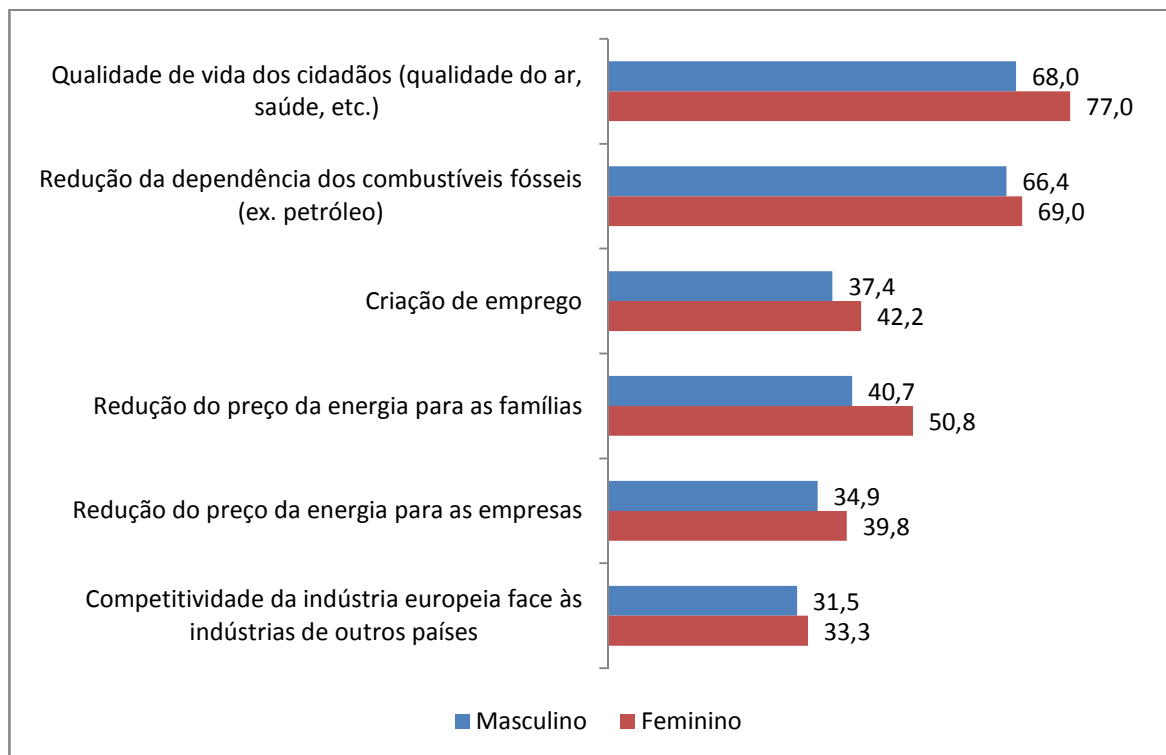
Quadro 43. Avaliação dos impactos das metas estabelecidas pela União Europeia (cidadãos) (%)

	Muito positivos	Positivos	Nem positivos nem negativos	Negativos	Muito negativos	Não sei	N
Qualidade de vida dos cidadãos (qualidade do ar, saúde, etc.)	74,5	22,6	1,8	,3	0,2	0,6	1145
Redução da dependência dos combustíveis fósseis (ex. petróleo)	69,2	26,7	2,4	0,4	0,1	1,1	1144
Criação de emprego	40,6	34,4	18,7	1,1	0,3	5,1	1141
Redução do preço da energia para as famílias	46,8	27,6	13,1	6,7	1,3	4,6	1141
Redução do preço da energia para as empresas	39,0	34,9	12,4	7,0	1,2	5,4	1140
Competitividade da indústria europeia face às indústrias de outros países	35,6	40,1	9,9	8,0	1,4	5,0	1139

Em termos de variáveis de caracterização sociodemográfica há a sublinhar o facto de as mulheres tenderem a ter uma opinião mais positiva dos impactos em termos gerais e na qualidade de vida dos cidadãos (77% vs 68% dos homens), na criação de emprego (44,2% vs 37,4%) e na redução do preço da energia para as famílias (50,8% vs 40,7%), do que os homens, isto quando se consideram as respostas à categoria “muito positivos” (Figura 8). Em termos etários (Quadro 44) são de novo os mais jovens (até aos 19 anos) que se distinguem em termos das respostas, uma vez que são os que assinalam com maior frequência que as metas europeias irão ter impactos muito positivos na criação de emprego e na redução do preço da energia para as famílias, ao mesmo tempo que são dos que menos consideram que os impactos serão positivos ao nível da competitividade das empresas, da redução da dependência dos combustíveis fósseis e na melhoria da qualidade de vida. No lado oposto podemos encontrar os mais velhos que tendem a considerar, com maior frequência, que os impactos positivos terão ao nível da competitividade, da redução do custo da energia para as empresas, na redução da dependência dos combustíveis fósseis e no aumento da qualidade de vida.



Figura 8 Avaliação dos impactos das metas estabelecidas pela União Europeia segundo o sexo (categoria de resposta “muito positivos”) (%)



Quadro 44. Avaliação dos impactos das metas estabelecidas pela União Europeia segundo os escalões etários (categoria de resposta “muito positivos”) (%)

	Até 19 anos	20 a 29 anos	30 a 39 anos	40 a 49 anos	50 a 59 anos	60 ou mais anos
Qualidade de vida dos cidadãos (qualidade do ar, saúde, etc.)	66,7	73,5	73,4	78,4	76,2	72,0
Redução da dependência dos combustíveis fósseis (ex. petróleo)	56,7	70,4	67,7	71,5	71,7	69,7
Criação de emprego	52,0	43,8	37,5	33,9	41,8	39,2
Redução do preço da energia para as famílias	50,4	48,0	45,5	44,4	45,2	47,3
Redução do preço da energia para as empresas	35,7	38,8	35,7	38,1	40,4	41,5
Competitividade da indústria europeia face às indústrias de outros países	26,3	31,7	35,1	32,5	34,9	41,1



4. Educação sobre o mar

Se o estudo dos recursos naturais que existem nas áreas terrestres tem merecido ampla atenção por parte da comunidade científica e até dos decisores políticos e empresariais, o mesmo já não tem acontecido com os recursos marinhos. De fato, o mar, não obstante a sua extensão e os seus já conhecidos contributos de enorme relevância para a vida humana e para o equilíbrio planetário, permanece ainda desconhecido em muitas das suas valências e uma área que urge abordar já numa perspetiva de concretização deste novo modelo de desenvolvimento social e económico que se preconiza e se considera fundamental para o futuro da civilização humana. Trata-se da emergência da economia azul, que deverá integrar os princípios da economia verde, aplicando-os ao mar.

De facto, nos últimos anos, a União Europeia tem prestado uma atenção crescente às questões do mar. Na sequência do *Livro Verde Para uma futura política marítima da União: Uma visão europeia para os oceanos e os mares*,⁷ em 2007 a Comissão Europeia propôs a definição de uma política marítima integrada para a UE,⁸ sustentada numa abordagem integrada e intersectorial. Este documento foi acompanhado de um Plano de Ação⁹ que tem como eixos a governança marítima, os instrumentos para uma política integrada, a maximização da utilização sustentável dos oceanos e mares, a construção de uma base de conhecimentos e inovação para a política marítima, a maximização da qualidade de vida nas regiões costeiras, a promoção da liderança europeia nos assuntos marítimos internacionais e a promoção da visibilidade da Europa marítima. Este Plano de Ação tem sido alvo de monitorização regular (relatório de progresso em 2009¹⁰ e 2012¹¹) e em 2011 foi estabelecido um programa de financiamento para apoiar o desenvolvimento desta política integrada¹². Mais recentemente tem assumido especial importância a contribuição da economia marítima para o crescimento e o emprego (“economia azul”),¹³ a colmatação do fosso entre investigação e indústria, os benefícios da política marítima para o território e a proteção dos ecossistemas marinhos.

⁷ Comissão Europeia (2006), *Livro Verde Para uma futura política marítima da União: Uma visão europeia para os oceanos e os mares* Bruxelas, COM(2006) 275 final, 7.6.2006

⁸ Comissão Europeia (2007), *Uma Política Marítima Integrada Para A União Europeia*, Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões, Bruxelas, COM(2007) 575 final, 10.10.2007

⁹ Comissão Europeia (2007), Bruxelas, SEC(2007) 1278, 10.10.2007

¹⁰ Comissão Europeia (2009), *Relatório de Progresso sobre a Política Marítima Integrada da União Europeia*, Relatório da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões, Bruxelas, COM(2009)540 final, 15.10.2009

¹¹ Comissão Europeia (2009), *Evolução da política marítima integrada da União Europeia*, Relatório da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões, Bruxelas, COM(2012)491 final, 11.09.2012.

¹² Regulation (EU) No 1255/2011 of the European Parliament and of the Council of 30 November 2011 establishing a Programme to support the further development of an Integrated Maritime Policy.

¹³ *Declaration of the European Ministers responsible for the Integrated Maritime Policy and the European Commission, on a Marine and Maritime Agenda for growth and jobs the “Limassol Declaration”,* de 7 de outubro de 2012.



No domínio ambiental, assume particular importância a Diretiva-Quadro “Estratégia Marinha” de 2008,¹⁴ que estabelece uma estratégia temática para a proteção e conservação do meio marinho, com o objetivo global de promover a utilização sustentável dos mares e a conservação dos ecossistemas marinhos, justificada por:

O meio marinho é um património precioso que deve ser protegido, preservado e, quando exequível, recuperado com o objetivo último de manter a biodiversidade e de possibilitar a existência de oceanos e mares diversos e dinâmicos, limpos, sãos e produtivos. A este respeito, a presente diretiva deverá promover, nomeadamente, a integração de considerações ambientais em todas as políticas pertinentes e constituir o pilar ambiental da futura política marítima da União Europeia.

No plano nacional, a Estratégia Nacional para o Mar (ENM) 2013-2020, recentemente discutida e que vem rever a ENM 2006-2016, reflete muitas destas preocupações europeias, nomeadamente o paradigma para o desenvolvimento sustentável intitulado “crescimento azul”. São identificados cinco domínios estratégicos de intervenção (energia, aquicultura, turismo, recursos minerais e biotecnologia) e três eixos de ação (pesquisa, exploração, preservação), sendo prestada uma particular atenção à dimensão da cultura e comunicação:

O “Crescimento Azul” implica um maior grau de perceção do valor do mar como ativo estratégico e do papel cada vez mais importante que este desempenhará na melhoria da qualidade de vida dos portugueses. Importa, por isso, sensibilizar e dar a conhecer, de forma mais eficaz, o papel do mar e das atividades que nele têm lugar, tendo em conta as suas múltiplas vertentes, nomeadamente cultural, social, educacional, ambiental e económica, assim como o seu potencial ligado às novas oportunidades, ao empreendedorismo, à inovação e à investigação e desenvolvimento (I&D). A perceção deste papel e potencial permitirá, também, contribuir de forma decisiva para a renovação da identidade marítima coletiva, que, até à data, tem sido essencialmente afetiva, baseada em valores históricos e culturais.

A educação para o desenvolvimento sustentável do mar e das costas é um vetor para a cultura marítima e para a promoção da participação pública em projetos costeiros. O envolvimento dos cidadãos (em particular dos *stakeholders*, comunidade académica e comunidade escolar, mas também do público em geral) é essencial para a proteção do meio marinho, para o combate à poluição e outras ameaças, para a gestão sustentável dos recursos e para o ordenamento do espaço marítimo e zonas costeiras. A educação, informação e sensibilização para o desenvolvimento sustentável do mar, em todas as suas dimensões (social, económica, ambiental) destina-se também a promover o conhecimento das profissões e atividades marítimas, a coexistência dos diferentes usos do mar e da costa e a consciencialização sobre a necessidade de preservar a biodiversidade e os ecossistemas naturais, o património e as tradições marítimas.

Neste sentido, este estudo procurou apurar o que sabem os diferentes grupos sociais abrangidos por este estudo sobre o mar? E que estratégias identificam como mais relevantes para informar e educar sobre o tema? Quem deve ser responsável pela promoção da educação sobre o mar? E quem deve ser o destinatário principal destas iniciativas?

¹⁴ Diretiva 2008/56/CE do Parlamento Europeu e do Conselho de 17 de Junho de 2008 que estabelece um quadro de ação comunitária no domínio da política para o meio marinho



4.1 Informação sobre o mar

Sendo pedido aos inquiridos que avaliassem o seu grau de informação sobre o mar e as suas diferentes componente ambientais, económicas e sociais, verifica-se que a maioria se considera informado (62%), mas que mais de um terço dos respondentes se afirma pouco ou nada informado sobre este tema (Quadro 43). No que respeita às subamostras, é a comunidade escolar que se considera mais informada e os cidadãos menos informados, ainda que as diferenças sejam subtis.

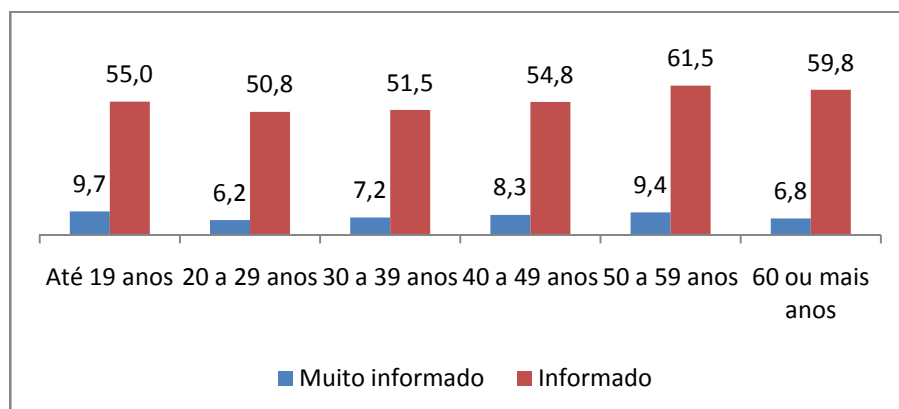
Quadro 45. Avaliação do grau de informação sobre o mar e as suas diferentes componentes ambientais, económicas e sociais (%)

	Comunidade escolar	Comunidade académica	Cidadãos	Total
Muito informado	9,4	8,0	6,8	7,8
Informado	58,9	52,4	52,8	54,2
Pouco informado	27,6	34,8	37,9	34,3
Nada informado	2,3	3,8	1,7	2,5
Não sei	1,7	1,0	0,9	1,1
N	699	980	1150	2829

* Média entre 1 (nada informado) e 4 (muito informado)

Considerando as diferenças sociodemográficas, as mulheres afirmam-se menos informadas (60,6% consideram-se muito informadas ou informadas) que os homens (64,4% consideram-se muito informados ou informados) sobre o mar, ao passo que em termos etários, são os inquiridos que se enquadram nos escalões etários acima dos 50 anos que se consideram mais informados, ainda que os mais jovens também se destaquem (Figura 9).

Figura 9 Avaliação do grau de informação sobre o mar e as suas diferentes componentes ambientais, económicas e sociais por escalão etário



N - 2809



Tendo sido perguntado quais as principais fontes de informação sobre o mar a que os inquiridos recorriam (Quadro 46), constata-se que, como usual, são os meios de comunicação social que surgem à cabeça (68,9%). Segue-se-lhe a escola (com valores acima de 50%). Só abaixo surgem os meios de procura ativa de informação: a internet, os livros, a visita a museus e aquários (com valores acima de um terço dos respondentes).

As diferenças entre subamostras não implicam uma alteração na ordenação das categorias, mas algumas variações são detetáveis. Na comunidade escolar, como expectável, a escola tem uma importância quase paralela aos meios de comunicação. Já a visita a museus e aquários é menos referida que nos outros grupos. Já na comunidade académica os museus e aquários assumem uma maior importância. Na amostra de cidadãos, os meios de comunicação recebem um maior volume de respostas e a experiência direta (em atividades profissionais, desportivas, de lazer) aproxima-se de um terço de respostas afirmativas. Pelo contrário, a informação proporcionada pela escola é menos relevante.

Nas respostas abertas a esta questão surge com maior destaque a informação transmitida por familiares e amigos (referida por 20 inquiridos) – quase a par com os encontros com especialistas, palestras, formação pessoal ou envolvimento profissional (referidos por 19 inquiridos). As ONGA, os escuteiros e outras organizações da sociedade civil também são referenciadas, ainda que por apenas 9 inquiridos.

Quadro 46. Principais fontes de informação sobre o mar (%)

	Comunidade escolar	Comunidade académica	Cidadãos	Total
Meios de comunicação (televisão, rádios, documentários, etc.)	67,4	66,0	72,1	68,9
Escola (qualquer nível de ensino), universidade	65,0	67,2	40,8	56,0
Páginas na Internet sobre o tema	45,7	42,7	45,1	44,5
Livros e revistas sobre o tema	41,1	38,0	37,5	38,6
Museus, aquários/oceanários, exposições, palestras, visitas de campo	29,5	38,6	32,7	34,0
Experiência direta (profissão, atividades desportivas, como vela ou surf, turismo, viagens, etc.)	22,3	25,6	31,4	27,0
Não sei	2,3	0,6	1,4	1,3
N	665	931	1109	2705

4.2 Importância da educação sobre o mar

Instados a avaliar a importância do desenvolvimento de ações educativas sobre o mar, quase todos os inquiridos consideram-no importante (42%) ou muito importante (51%), no que é claramente um exemplo de resposta “socialmente desejável” (Quadro 47). Registam-se pequenas diferenças entre



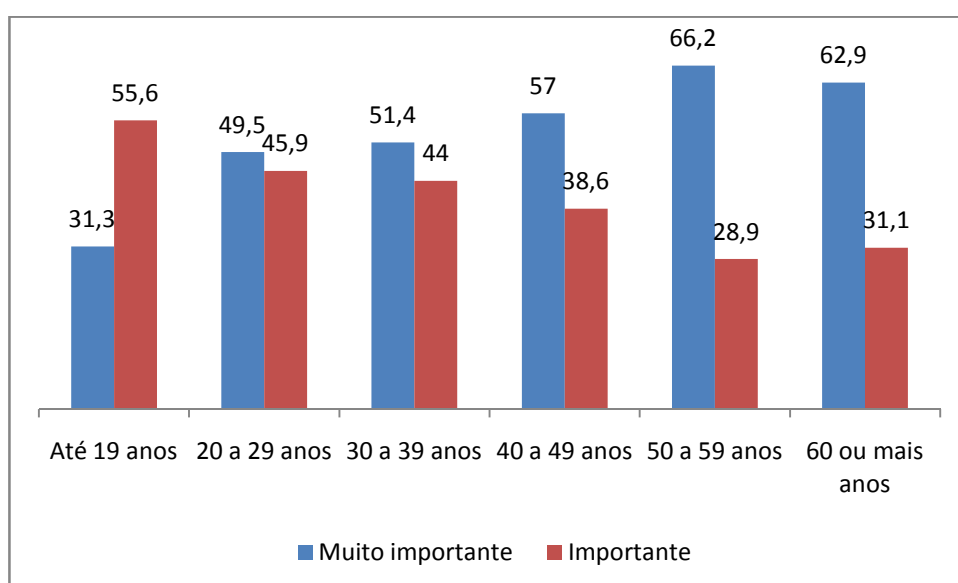
as subamostras: as respostas mais enfáticas ocorrem na amostra de cidadãos, a taxa de respostas de sentido negativo (pouco ou nada importante) encontram-se mais na comunidade escolar.

Quadro 47. Grau de importância atribuído ao desenvolvimento de ações educativas sobre o mar (%)

	Comunidade escolar	Comunidade acadêmica	Cidadãos	Total
Muito importante	47,2	50,0	55,0	51,4
Importante	44,0	44,4	39,8	42,4
Pouco importante	5,7	3,7	3,2	4,0
Nada importante	1,1	0,4	1,1	0,9
Não sei	1,9	1,5	0,8	1,3
N	697	980	1150	2827

Considerando as variações sociodemográficas, as mulheres atribuem maior importância ao desenvolvimento de ações educativas sobre o mar (53,7%) do que os homens (47,3%) , eventualmente por se sentirem menos informadas, como acima visto, e os respondentes mais jovens menor importância (Figura 10). A postura dos mais jovens contrasta com a posição assumida pelos mais velhos que, não obstante sentirem-se informados (alguns até mais do que os jovens), são dos que mais frequentemente consideram importante que sejam desenvolvidas ações de educação sobre o mar.

Figura 10 Grau de importância atribuído ao desenvolvimento de ações educativas sobre o mar por escalão etário (%)



N – 2807



Foi então pedido aos inquiridos que responderam considerar a educação sobre o mar como importante ou muito importante que assinalassem as principais razões para essa resposta (Quadro 46). Talvez influenciados pelo teor do inquérito, a maioria selecionou prioritariamente a razão ambiental (63%), seguida da gestão das zonas costeiras (60% – há que referir que o inquérito foi realizado após um inverno rigoroso, com consequências gravosas em termos de erosão costeira, fortemente mediatizadas). A referência à zona económica exclusiva surge em terceiro lugar, com valores superiores a metade da amostra. Cerca de um terço dos inquiridos referiu a promoção do emprego e economia e a prevenção dos comportamentos de risco. As razões culturais (ligação histórica, cultura geral dos cidadãos) foram das menos escolhidas.

Considerando as diferenças entre subamostras, a comunidade escolar tende a referir mais a prevenção de riscos e a ligação histórica ao mar, a comunidade académica a gestão das zonas costeiras e a amostra de cidadãos as questões económicas e interesse das novas gerações. Quanto às respostas abertas vale a pena referir o facto de 9 inquiridos mencionarem o tema do uso dos recursos do mar.

Quadro 48. Razões assinaladas para a importância atribuída ao desenvolvimento de ações educativas sobre o mar (%)

	Comunidade escolar	Comunidade académica	Cidadãos	Total
Garantir a proteção ambiental do mar	63,4	61,3	64,0	62,8
Gerir melhor as zonas costeiras (construções junto à costa, ordenamento do território)	53,5	65,6	59,4	60,2
Portugal tem uma das maiores zonas económicas exclusivas de espaço marítimo da União Europeia	46,4	57,3	59,7	55,6
Promover a economia e o emprego	29,4	32,6	36,0	33,2
Prevenir comportamentos de risco no mar (por parte, por exemplo de pescadores ou turistas)	34,4	30,1	21,0	27,4
Para estimular o interesse das novas gerações em profissões ligadas ao mar	21,9	22,2	27,3	24,2
Portugal tem uma ligação histórica com o mar	21,5	12,8	14,4	15,6
Para garantir que poderemos continuar a comer peixe	10,7	6,1	8,1	8,0
Para a cultura geral dos cidadãos	9,6	7,8	4,6	6,9
Não sei	0,8	0,1	0,2	0,3
N	636	924	1093	2653

4.3 Responsáveis e destinatários da educação sobre o mar

O último bloco de questões desta secção do inquérito dizia respeito aos principais responsáveis e destinatários de ações educativas sobre o mar.



No caso dos responsáveis pelo desenvolvimento das ações educativas sobre o mar, os inquiridos identificaram preferencialmente o governo nacional, seguido a uma certa distância pelas universidades e escolas (Quadro 49). Os meios de comunicação social recolheram cerca de um terço das respostas e as associações ambientais e a União Europeia perto de um quarto.

A comunidade escolar mostra-se mais pronta a identificar como responsáveis as associações de defesa do ambiente, enquanto a comunidade académica e os cidadãos referem mais frequentemente o governo e as universidades.

Quadro 49. Identificação dos principais responsáveis pelo desenvolvimento de ações educativas sobre o mar (%)

	Comunidade escolar	Comunidade académica	Cidadãos	Total
Governo Português	48,3	60,9	69,2	61,2
Universidades e centros de investigação	33,6	46,7	48,4	44,2
Escolas	40,4	37,0	37,3	38,0
Meios de comunicação (televisão, rádios e jornais)	29,7	31,3	36,5	33,0
Associações de defesa do ambiente	31,4	28,7	25,9	28,1
União Europeia	27,6	23,8	25,9	25,7
Marinha	30,3	21,6	15,4	21,1
Empresas ligadas ao mar	19,2	17,1	16,8	17,4
Museus, aquários e oceanários	16,0	17,6	9,5	13,9
Associações de desportos ligados ao mar	6,5	4,6	4,1	4,8
Associações de pescadores	6,7	2,8	2,9	3,8
Não sei	0,8	0,7	0,5	0,6
N	631	920	1087	2638

Já no que respeita aos destinatários das ações educativas sobre o mar, a maioria dos respondentes (62%) identifica a população em geral (Quadro 50). Seguem-se-lhe as crianças e jovens (51%), os empresários de sectores ligados ao mar (46%) (é curioso registar que os profissionais que trabalham no mar colhem uma proporção de respostas significativamente menor) e os políticos (41%).

As subamostras da comunidade académica e cidadãos tendem a referir mais frequentemente os empresários e políticos como destinatários da educação sobre o mar e a comunidade escolar os professores e cientistas.



Quadro 50. Identificação dos principais destinatários de ações educativas sobre o mar (%)

	Comunidade escolar	Comunidade académica	Cidadãos	Total
População portuguesa em geral	57,4	63,3	62,2	61,5
Crianças e jovens	49,9	50,1	51,4	50,6
Empresários ligados ao mar (pesca, transportes, turismo)	39,6	46,5	48,6	45,6
Políticos a nível europeu, nacional e local	27,5	42,7	47,0	40,8
Trabalhadores ligados ao mar (pescadores, tripulantes de navios)	32,4	29,9	28,5	30,0
Populações residentes nas zonas costeiras	22,6	23,6	17,8	21,0
Professores	26,1	14,3	18,5	18,8
Cientistas	14,6	7,8	8,8	9,8
Praticantes de desportos aquáticos e atividades náuticas de recreio (vela, surf, passeios turísticos, etc.)	11,1	5,9	5,3	6,9
Não sei	1,0	0,4	0,9	0,8
N	629	919	1085	2633



5. Conclusões

As limitações da amostra

Tendo em consideração as condições de desenvolvimento do presente estudo de opinião, onde a recolha de informação assentou num inquérito por questionário de aplicação online e os grupos específicos que foram consultados – comunidade escolar, comunidade académica e cidadãos – era expectável que se observasse uma distribuição enviesada face à realidade nacional de variáveis de caracterização social como a idade, grau de escolaridade, profissão, sexo ou até mesmo a distribuição geográfica. Contudo, não obstante a expectativa que duas das amostras fossem, por razões óbvias, bastante qualificadas, jovens e tendencialmente feminizadas (comunidade académica e escolar), o acentuado enviesamento registado também na amostra dos cidadãos, não sendo uma total surpresa, revela a inadequação do método de inquirição online quando o objetivo é recolher as opiniões dos cidadãos com o intuito de tirar ilações para a realidade nacional. Neste contexto, os resultados apresentados anteriormente devem ser lidos com alguma cautela em relação à sua representatividade face à comunidade académica e escolar e com extrema cautela em relação aos cidadãos, em relação aos quais, no máximo, é possível referir que estamos perante uma amostra altamente qualificada da população portuguesa.

Estas características da amostra também condicionam fortemente o tipo de análises (designadamente cruzamentos entre variáveis dependentes e independentes) que foi possível desenvolver, já que variáveis que têm normalmente um forte poder explicativo das diferenças de opinião, como a escolaridades, estão aqui praticamente uniformizadas. Outras variáveis têm uma distribuição de tal forma desequilibrada entre categorias (ex. região ou condição perante o trabalho) que condicionam a fiabilidade dos testes para aferir a significância estatística das variações.

Também o facto de se tratar de uma inquirição online aumenta o risco das respostas recebidas serem maioritariamente de pessoas que têm um interesse pelo assunto e um posicionamento pró-ambiental superior à média.

Não obstante as sérias limitações colocadas pelos múltiplos enviesamentos da amostra (e das respetivas subamostras que a compõem), foi feito um esforço para procurar outras fontes de informação que pudessem servir de comparação com os resultados deste estudo de opinião, nomeadamente recorrendo a estudos realizados no âmbito da iniciativa Eurobarómetro da Comissão Europeia, o que em alguns casos foi conseguido.



A relação entre os conceitos de reindustrialização, Economia Verde e uso eficiente de recursos

A congruência das respostas recolhidas em relação aos temas da reindustrialização, da Economia Verde e do uso eficiente de recursos parece indicar que entre os inquiridos há uma predisposição para considerar os três temas importantes e a sua implementação um objetivo a atingir. O facto de ser atribuída maior importância à Economia Verde do que à reindustrialização e levando em consideração as razões mais frequentemente seleccionadas para justificar a aposta em cada uma destas áreas, parece deixar entrever um apoio muito marcado ao conceito de desenvolvimento sustentável e o reconhecimento da relevância da abordagem da sustentabilidade para o desenvolvimento futuro (em todas as suas dimensões). Neste contexto, é razoavelmente seguro referir que o conceito de reindustrialização surge num novo enquadramento, onde o desenvolvimento industrial que se preconiza não se resume apenas à sua dimensão económica mais estrita (crescimento económico, emprego), mas antes dá lugar à integração da inovação e da tecnologia, com o intuito de melhorar o seu desempenho (certamente também económico), mas onde as preocupações ambientais surgem como uma parte muito relevante da equação. Esta visão mais abrangente do conceito de reindustrialização parece apontar também para uma visão mais moderna da indústria, onde o desenvolvimento tecnológico e a inovação assumem um papel central.

Quanto às barreiras identificadas em relação à implementação da reindustrialização, o excesso de burocracia, os impostos elevados e as dificuldades de financiamento que as empresas sentem são as mais sublinhadas.

Como já foi referido, observa-se um apoio esmagador ao conceito de Economia Verde. Tratando-se de uma visão com maior pendor ambiental do que podemos encontrar em algumas das propostas políticas avançadas pela União Europeia (onde temas como a economia verde, economia circular, uso eficiente de recursos surgem muito justificadas pelo seu impacto positivo no desenvolvimento económico), ou seja, mesmo que se possa apontar uma certa visão “idealista” do conceito de Economia Verde, dificilmente se pode olhar para estes resultados e, comparando-os com os da reindustrialização, não reconhecer a reflexão avançada anteriormente. Merecendo os dois conceitos um tão significativo apoio por parte dos inquiridos, muitos dos que consideraram muito ou algo importante apostas na reindustrialização são também os que atribuíram o mesmo grau de importância ao conceito de Economia Verde. Tratando-se de uma amostra altamente qualificada e pró valores ambientais é possível depreender que a concretização da reindustrialização tende a ser enquadrada num contexto de Economia Verde e, logo, de sustentabilidade.



No que concerne ao uso eficiente de recursos, observa-se que os inquiridos desta amostra tendem a reconhecer a necessidade de uma ação integrada a diferentes níveis (tanto individual como estrutural) para que seja possível concretizar o objetivo de usar os recursos de forma mais eficiente. O reconhecimento da inevitabilidade da ação, face à finitude de muitos dos recursos que estruturam o nosso quotidiano, a par com a noção de que a ação a este nível terá impactos positivos no desenvolvimento económico são outros dos aspetos que merecem ser sublinhados. Desde logo porque, ao contrário do observado em relação à Economia verde, o uso eficiente de recursos já tende a ser associado, com maior clareza, a benefícios económicos.

No que respeita a variações por sexo, constata-se que o apoio à reindustrialização é mais expressivo nos inquiridos do sexo masculino, enquanto as mulheres atribuem maior importância à Economia Verde e às metas europeias para o uso sustentável de recursos energéticos. Já quanto à distribuição por escalões etários, e muito em função das características da amostra (altamente qualificada), são os mais jovens (até aos 19 anos) que se revelam menos entusiastas da reindustrialização mas também da Economia Verde e do uso sustentável de recursos, o que vai contra os resultados habituais dos inquéritos sobre questões ambientais (Schmidt e Delicado 2014).

Não obstante as limitações da amostra, observa-se alguma consonância entre o apoio expressivo a temas como o uso eficiente de recursos que ressaltou da análise das respostas dos inquiridos e os resultados de estudos do Eurobarómetro sobre o tema, quando se analisam os dados referentes à amostra portuguesa. Tal facto permite aumentar um pouco a fiabilidade e validade de alguns dos resultados aqui apresentados.

Estes resultados deixam transparecer uma visão do conceito de Economia Verde muito assente numa das dimensões da sustentabilidade – a ambiental – e onde a dimensão económica parece ser relegada para segundo plano (algo que não é tão marcado na área do uso eficiente de recursos). Contudo, quando se analisam as propostas políticas europeias na área da Economia Verde, Economia Circular e uso eficiente de recursos a tónica económica está muito presente. Tal resulta não apenas do facto destas áreas serem consideradas estratégicas para o desenvolvimento económico, mas principalmente pelos estudos realizados (alguns deles estudos prévios ao lançamento das propostas de ação), que comprovam os benefícios económicos da aposta nestas áreas. O facto dos inquiridos não associarem ao conceito de Economia Verde os benefícios económicos deve servir como ponto de reflexão, no sentido de serem definidas estratégias de comunicação que permitam ultrapassar este enviesamento.



Uma conclusão transversal que ressalta da análise dos dados é a do reconhecimento de que a concretização do modelo da economia verde e do uso eficiente de recursos, em suma, a sustentabilidade, requer ações conjuntas, ou seja, onde diferentes agentes exercem a sua capacidade de ação e influência. São chamados a intervir os Governos (nacionais e ao nível Europeu), as empresas, os cidadãos, as universidades, organizações da sociedade civil, os meios de comunicação, etc.. Esta perspetiva é também observada quando se analisam os dados em relação à educação sobre o mar. Trata-se, portanto, de uma ideia relevante a destacar. Claro que o reconhecimento das responsabilidades partilhadas não implica a eliminação da ideia que são, ainda assim, diferenciadas, o que se torna visível na hierarquia das respostas e que valeria a pena aprofundar em estudos posteriores sobre estes temas.

As respostas dos mais jovens que, neste inquérito, se destacam por uma menor adesão a conceitos como o de Economia verde ou às metas europeias na área das emissões de gases com efeito de estufa, as energias renováveis e a promoção da eficiência energética merecem um estudo mais aprofundado. Como já foi referido, o facto de estarmos perante uma amostra muito qualificada coloca os jovens numa posição pouco comum de serem os “menos qualificados” do grupo. Mas tal como já foi verificado em estudos realizados em Portugal, esta faixa etária e a sua relação com alguns temas mais complexos como o da energia (Schmidt et al, 2014) ou do uso eficiente de recursos apresenta desafios que será de grande relevância explorar através de métodos que nos permitam tirar conclusões mais seguras e generalizáveis a este grupo a nível nacional.

Educação sobre o mar

No que concerne ao tema da educação sobre o mar observa-se um amplo reconhecimento da necessidade de desenvolver ações educativas sobre o tema. As razões apresentadas são maioritariamente ambientais, mas abrangem igualmente fatores económicos e sociais.

Verificou-se que as mulheres se sentem menos informadas sobre o mar, pelo que consideram mais relevante o desenvolvimento de ações educativas, enquanto nos mais jovens se verifica a tendência inversa: mais informados, valorizam menos a educação sobre o mar.

Quanto à atribuição de responsabilidade pelo desenvolvimento das ações, existe a perceção de que diferentes agentes podem e devem intervir, à semelhança do que foi observado em relação aos restantes temas em análise, mas também que devem existir diferentes destinatários privilegiados das ações educativas. Neste último caso, não obstante um enfoque particular na população e nas



crianças e jovens, é importante sublinhar as referências aos empresários ligados ao mar (em diferentes áreas) e aos políticos a nível europeu, nacional e local.

Dado o enfoque nas razões ambientais como justificação para a realização de ações educativas sobre o mar, parece haver um reconhecimento de que existem lacunas de conhecimento a este nível entre diferentes públicos, entre eles, decisores políticos e empresariais.

Propostas complementares

Tendo em atenção a relevância política dos temas que foram analisados neste estudo de opinião, seria muito relevante avançar para estudos posteriores que pudessem, de facto, oferecer maior segurança em termos das conclusões que são tiradas, nomeadamente, através da realização de um estudo dirigido a conhecer as opiniões e perceções da população portuguesa, usando uma amostra com representatividade nacional e conjugando-o com métodos qualitativos de recolha de informação (entrevistas e/ou *focus groups*). Só nesse contexto será possível retirar conclusões e definir recomendações com a confiança de estarmos perante resultados que podem e devem ser amplamente divulgados.

A incapacidade demonstrada para envolver os mais velhos e menos escolarizados no debate sobre os temas em análise neste estudo apela a que sejam pensadas estratégias específicas para procurar comunicar com esse público que tendencialmente não utiliza a Internet (Neves et al, 2013) e tem igualmente uma menor exposição a outras fontes de informação.



6. Bibliografia

Banco Mundial (2012) *Turn down the heat – Why a 4°C warmer world should be avoided, a report for the World Bank by the Potsdam Institute for Climate Impact Research and Climate Analytics,*

Comissão Europeia (2006) *Livro Verde Para uma futura política marítima da União: Uma visão europeia para os oceanos e os mares*, Bruxelas, COM(2006) 275 final, 7.6.2006

Comissão Europeia (2007a) *Uma Política Marítima Integrada Para A União Europeia*, Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões, Bruxelas, COM(2007) 575 final, 10.10.2007

Comissão Europeia (2007b) *Accompanying document to the Communication from the Commission to the European Parliament, the Council, the European Economic and Social Committee and the committee of the regions - An Integrated Maritime Policy for the European Union*, Bruxelas, SEC(2007) 1278, 10.10.2007

Comissão Europeia (2009) *Relatório de Progresso sobre a Política Marítima Integrada da União Europeia*, Relatório da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões, Bruxelas, COM(2009)540 final, 15.10.2009

Comissão Europeia (2011) *Roteiro para uma Europa Eficiente na utilização de recursos*, COM(2011) 571 final, Bruxelas: CE, - <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2011:0571:FIN:PT:PDF>

Comissão Europeia (2012), *Evolução da política marítima integrada da União Europeia*, Relatório da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões, Bruxelas, COM(2012)491 final, 11.09.2012.

Comissão Europeia (2014a) *Attitudes of Europeans towards Waste Management and Resource Efficiency – Flash Eurobarometer 388*, http://ec.europa.eu/public_opinion/flash/fl_388_en.pdf

Comissão Europeia (2014b) *Climate Change – Special Eurobarometer 409*, wave EB80.2; http://ec.europa.eu/public_opinion/archives/ebs/ebs_409_en.pdf

Comissão Europeia (2014c) *Para uma economia circular: programa para acabar com os resíduos na Europa*, COM (2014) 398 final, Bruxelas: CE, <http://ec.europa.eu/environment/circular-economy/>

Comissão Europeia (2014d) *Report on Critical Raw Materials for the EU – Critical Raw Materials Profiles*; http://ec.europa.eu/enterprise/policies/raw-materials/critical/index_en.htm

Delicado, Ana, Ana Horta e Susana Fonseca (2014): “Energia: das fontes à eficiência energética” in Luísa Schmidt e Ana Delicado (org.), *Ambiente, Alterações Climáticas, Alimentação e Energia – A Opinião dos Portugueses*, Coleção Observatórios ICS – 1, Observa, ICS-UL, pp. 145-198.

EEA (2013) *Towards a green economy in Europe - EU environmental policy targets and objectives 2010–2050*, Copenhaga: European environmental Agency.

GHK, Cambridge Econometrics e Institute for European Environmental Policy (2007) *Links between the environment, economy and jobs – policy makers Summary*, http://ec.europa.eu/environment/enveco/industry_employment/pdf/ghk_study_wider_links_summary.pdf



ILO (2012): *Working towards sustainable development: opportunities for decent work and social inclusion in a green economy*, Geneva: International Labour Office.

Meyer, Bernd (2011) *Macroeconomic modeling of sustainable development and the links between the economy and the environment – Final Report*, ENV.F.1/ETU/2010/0033, GWS; http://ec.europa.eu/environment/enveco/studies_modelling/pdf/report_macroeconomic.pdf

Neves, Bárbara, Fausto Amaro e Jaime Fonseca (2013): “Coming of (old) age in digital age: ICT usage and non-usage among older adults” in *Sociological Research Online*, Volume 18, Issue 2, 6; www.socresonline.org.uk/18/2/6.html

Nissen, Sylke (2012) “The Eurobarometer and the process of European integration: methodological foundations and weaknesses of the largest European survey”. *Quality & Quantity*, 48(2), pp. 713-727.

Parlamento Europeu e Conselho Europeu (2008): Diretiva 2008/56/CE do Parlamento Europeu e do Conselho de 17 de Junho de 2008 que estabelece um quadro de ação comunitária no domínio da política para o meio marinho.

Parlamento Europeu e Conselho Europeu (2011) Regulation (EU) No 1255/2011 of the European Parliament and of the Council of 30 November 2011 establishing a Programme to support the further development of an Integrated Maritime Policy.

Schmidt, Luísa, Ana Horta, Augusta Correia e Susana Fonseca (2014) “Generational Gaps and Paradoxes Regarding Electricity Consumption and Saving”, *Nature and Culture*, Volume 9, Number 2, pp. 183-203(21).

Schmidt, Luísa e Ana Delicado (2014) “Introdução”, in L. Schmidt e A. Delicado (org.), *Ambiente, Alterações Climáticas, Alimentação e Energia – A Opinião dos Portugueses*, Coleção Observatórios ICS – 1, Observa, ICS-UL, pp. 21-30.

Schmidt, Luísa, Mónica Truninger e Susana Valente (2004) “Problemas ambientais, prioridades e quadro de vida” in João Ferreira de Almeida (org.), *Os Portugueses e o Ambiente – II Inquérito Nacional às Representações e Práticas dos Portugueses sobre o Ambiente*, Observa, Oeiras, Celta, pp. 65-172.

SERI, Global 2000 e FOEE (2009) *Overconsumption? Our use of the world’s natural resources*, Viena/Bruxelas: SERI; www.foeeurope.org/publications/2009/Overconsumption_Set09.pdf

UNEP (2011) *Towards a Green Economy: Pathways to Sustainable Development and Poverty Eradication*, www.unep.org/greeneconomy



Anexo: Questionário do inquérito



União Europeia: sustentabilidade e uso eficiente dos recursos

O Projeto **UE - sustentabilidade e uso eficiente dos recursos: inquérito, debates e disseminação**, concebido e desenvolvido pela Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa (FCUL) é uma iniciativa da Comissão Europeia, promovida pelo Centro de Informação Europeia Jacques Delors (CIEJD), Direção-Geral dos Assuntos Europeus – Ministério dos Negócios Estrangeiros, na qualidade de Organismo Intermediário responsável pela execução do Plano de Comunicação para informação sobre a União Europeia em Portugal. O Estudo é coordenado pelo Professor Doutor José Manuel Pinto Paixão e conta com a colaboração do Instituto de Ciências Sociais e do CITIDEP.

O presente inquérito destina-se a recolher as opiniões dos portugueses sobre quatro temas-chave: Reindustrialização; Economia verde; Utilização eficiente dos recursos; e Educação sobre o mar.

Não há respostas certas ou erradas a estas perguntas. Todas as respostas são anónimas e confidenciais. Os resultados obtidos serão utilizados para fins exclusivamente científicos e serão analisados apenas pela equipa de investigação.

O preenchimento do inquérito não deverá levar mais do que 15 minutos. Caso tenha dúvidas, por favor contacte-nos pelo email amfaisca@fc.ul.pt.

O estudo prevê uma ampla divulgação dos seus resultados e dos temas em estudo. Mais informações podem ser obtidas no sítio electrónico do projecto: <http://europasustentavel.fc.ul.pt>.

A sua colaboração é indispensável para o sucesso do estudo. Muito obrigado!

TEMA 1 - REINDUSTRIALIZAÇÃO

Tem-se falado nos últimos tempos em reforçar o setor industrial na União Europeia (reindustrialização). Na sua opinião, qual é a importância deste objetivo?

- Muito importante
- Importante
- Pouco importante
- Nada importante
- Não sei

Na sua opinião, quais as principais razões para a União Europeia apostar na reindustrialização? (escolha no máximo **3 opções** de resposta)



- Reduzir as importações de produtos de países de fora da União Europeia
- Permitir preços mais baixos
- Garantir o respeito pelos direitos humanos no processo de produção
- Criar emprego
- Garantir o respeito pelo ambiente no processo de produção
- Melhorar a qualidade dos produtos
- Reduzir as emissões de gases com efeitos de estufa
- Estimular a inovação e o desenvolvimento tecnológico
- Promover o crescimento económico
- Não sei
- Outras razões. Quais?

Na sua opinião, quais as principais razões para a União Europeia não apostar na reindustrialização?
(escolha no máximo **3 opções** de resposta)

- Aumento da poluição
- Aumento dos preços dos produtos
- Fiscalização que não consegue garantir o cumprimento da legislação
- Aumento da importação de matérias-primas de fora da União Europeia
- Maior ocupação do território com atividades de exploração de recursos (minerais, energia, etc.)
- Aumento do consumo de energia
- Redução dos salários e dos direitos laborais dos trabalhadores
- Não sei
- Outras razões. Quais?

Na sua opinião, qual o grau de importância que atribui à reindustrialização na União Europeia e em Portugal?

	Muito importante	Importante	Pouco importante	Nada importante	Não sei
União Europeia	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Portugal	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Na sua opinião, quais são as principais barreiras à reindustrialização na União Europeia e em Portugal?
(escolha no máximo **3 opções** de resposta em cada coluna)

	União Europeia	Portugal
Dificuldade de acesso a financiamento por parte das empresas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Salários mais elevados (do que noutras regiões do mundo)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Necessidade de importar matérias-primas de fora da União Europeia	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>



Lentidão da justiça	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Exigência da legislação ambiental	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Preço elevado da energia	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Falta de continuidade das políticas (alterações frequentes nas regras)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Impostos elevados	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Excesso de burocracia	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Falta de formação dos gestores/empresários/trabalhadores	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Dimensão reduzida do mercado interno	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Não sei	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Outras barreiras na União Europeia. Quais?

Outras barreiras em Portugal. Quais?

TEMA 2 - ECONOMIA VERDE

Já ouviu falar de economia verde?

- Sim
 - Não
-

Economia Verde é um "modelo económico que tem como resultado melhor bem-estar humano e equidade social, reduzindo significativamente os riscos ambientais e a escassez ecológica. É uma economia com baixas emissões de carbono, eficiente no uso dos recursos e socialmente inclusiva." (Programa Ambiental das Nações Unidas)

Na sua opinião, qual a importância de promover a Economia Verde?

- Muito importante
 - Importante
 - Pouco importante
 - Nada importante
 - Não sei
-



Por que razões considera que a Economia Verde é importante?
(escolha no máximo **3 opções** de resposta)

- Aumenta o emprego
- Promove a inovação e a investigação científica
- Fomenta um uso mais eficiente dos recursos naturais
- Aumenta a competitividade da Europa
- Ajuda a prevenir as alterações climáticas e a degradação ambiental do planeta
- Ajuda-nos a sair da crise financeira
- Promove uma distribuição mais justa dos recursos (naturais, económicos, etc.)
- Não sei
- Outras razões. Quais?

Por que razões considera que a Economia Verde é pouco ou nada importante?
(escolha no máximo **3 opções** de resposta)

- Aumenta o desemprego
- Reduz os lucros das empresas
- Os consumidores terão acesso a menos produtos
- Reduz a competitividade da Europa
- Dificulta a saída da crise
- Só é aplicável nos países mais ricos
- Os preços dos bens vão aumentar
- É apenas mais um conceito e não vai mudar nada
- Não sei
- Outras razões. Quais?

Na sua opinião, quem pode dar um maior contributo para a concretização da Economia Verde?
(escolha no máximo **3 opções** de resposta)

- Empresas
- Nações Unidas
- Governos de cada país
- Cidadãos
- União Europeia
- Organização Mundial do Comércio
- Universidades e centros de investigação
- Câmaras municipais e juntas de freguesia



- Meios de comunicação social
- Organizações Não-Governamentais
- Não sei
- Outros. Quais?

Na sua opinião, quais são os maiores obstáculos à concretização da Economia Verde?
(escolha no máximo **3 opções** de resposta)

- Falta de vontade política para tomar as decisões necessárias
- Crise económica atual
- Falta de harmonização internacional das regras éticas, ambientais, sociais
- População não está preparada para uma mudança dos seus hábitos de consumo
- Falta de informação sobre a importância de gerir os recursos naturais
- Dificuldade de acesso a tecnologias inovadoras devido ao seu preço elevado
- As empresas não estarem interessadas em mudar a sua forma de actuar
- Dificuldade em promover os interesses coletivos
- Dependência dos combustíveis fósseis
- Não sei
- Outros obstáculos. Quais?

TEMA 3 - UTILIZAÇÃO EFICIENTE DE RECURSOS

Considerando o uso eficiente de recursos (ex. solo, alimentos, água, minerais), assinale o seu grau de concordância com as seguintes frases: **O uso eficiente de recursos...**

	Concordo totalmente	Concordo	Discordo	Discordo totalmente	Não sei
É fundamental para o desenvolvimento económico	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Não é uma questão relevante, pois com o avanço científico e tecnológico iremos descobrir novas fontes de recursos (por exemplo, no mar)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Implica alterações nos hábitos de vida das pessoas (consumir menos, reutilizar mais)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
É inevitável porque os recursos se	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>



estão a esgotar

Requer a proibição da venda de produtos menos eficientes ou não reutilizáveis

Contribuirá para reduzir as importações de matérias-primas

Significa desenhar e produzir os bens de forma a serem duráveis, reparáveis, reutilizáveis e recicláveis.

Considerando o contributo que cada um de nós pode dar para o uso eficiente dos recursos, indique a sua disponibilidade para:

Já
faço
isso

Estou
disponível

Não estou
disponível

Não
sei

Reduzir a compra de bens (por exemplo, usando cada produto durante mais tempo ou reparando-o)

Ser membro ou participar em organizações que defendam o uso eficiente dos recursos

Reduzir o consumo de carne e laticínios

Desenvolver iniciativas no local de trabalho, de estudo ou junto da comunidade que promovam o uso eficiente de recursos (por exemplo, partilha de boleias, instalação de painéis solares)

Tornar-se produtor de energia (ex. painéis fotovoltaicos)

Comprar ou vender produtos em segunda mão

Sensibilizar amigos e familiares para a importância do uso eficiente dos recursos

Recorrer ao aluguer ou empréstimo de produtos



Comprar produtos mais eficientes, reutilizáveis ou recicláveis, mesmo que custem mais (ex. lâmpadas eficientes)



Qual é o grau de importância que atribui ao cumprimento dos seguintes objetivos estabelecidos pela União Europeia?

Muito importante

Importante

Pouco importante

Nada importante

Não sei

Até 2050, reduzir as emissões de carbono em 80%



Garantir que, até 2020, 20% da energia usada na União Europeia seja de origem renovável (ex. eólica, solar)



Garantir, até 2020, um aumento de 20% na eficiência energética na União Europeia



Na sua opinião, quais serão os efeitos dos objetivos apresentados na pergunta anterior nas seguintes áreas?

Muito positivos

Positivos

Nem positivos nem negativos

Negativos

Muito negativos

Não sei

Competitividade da indústria europeia face às indústrias de outros países



Redução do preço da energia para as empresas



Redução da dependência dos combustíveis fósseis (ex. petróleo)



Redução do preço da energia para as famílias



Criação de emprego



Qualidade de vida dos cidadãos (qualidade do ar, saúde, etc.)



TEMA 4 - EDUCAÇÃO SOBRE O MAR

Como avalia o seu grau de informação sobre o mar e as suas diferentes componentes ambientais, económicas e sociais?



- Muito informado
 - Informado
 - Pouco informado
 - Nada informado
 - Não sei
-

Através de que meio(s) obteve essa informação?

- Escola (qualquer nível de ensino), universidade
- Meios de comunicação (televisão, rádios, documentários, etc.)
- Museus, aquários/oceanários, exposições, palestras, visitas de campo
- Livros e revistas sobre o tema
- Páginas na Internet sobre o tema
- Experiência direta (profissão, atividades desportivas, como vela ou surf, turismo, viagens, etc.)
- Não sei
- Outros meios. Quais?

Na sua opinião, o desenvolvimento de ações educativas (como palestras ou cursos) sobre o mar em Portugal é:

- Muito importante
- Importante
- Pouco importante
- Nada importante
- Não sei

Por que razões considera que a educação sobre o mar é importante?
(escolha as **3 principais razões**)

- Portugal tem uma ligação histórica com o mar
- Promover a economia e o emprego
- Garantir a proteção ambiental do mar
- Portugal tem uma das maiores zonas económicas exclusivas de espaço marítimo da União Europeia
- Para estimular o interesse das novas gerações em profissões ligadas ao mar
- Para a cultura geral dos cidadãos
- Para garantir que poderemos continuar a comer peixe



- Gerir melhor as zonas costeiras (construções junto à costa, ordenamento do território)
- Prevenir comportamentos de risco no mar (por parte, por exemplo de pescadores ou turistas)
- Não sei
- Outras razões. Quais?

Na sua opinião, quais das seguintes entidades têm maior responsabilidade no desenvolvimento de ações educativas sobre o mar?

(escolha no máximo **3 opções** de resposta)

- União Europeia
- Associações de desportos ligados ao mar
- Governo Português
- Marinha
- Empresas ligadas ao mar
- Museus, aquários e oceanários
- Meios de comunicação (televisão, rádios e jornais)
- Universidades e centros de investigação
- Associações de pescadores
- Associações de defesa do ambiente
- Escolas
- Não sei
- Outras entidades. Quais?

Na sua opinião, a quem se deverão dirigir, prioritariamente, as ações educativas sobre o mar?

(escolha no máximo **3 opções** de resposta)

- Crianças e jovens
- População portuguesa em geral
- Populações residentes nas zonas costeiras
- Trabalhadores ligados ao mar (pescadores, tripulantes de navios)
- Empresários ligados ao mar (pesca, transportes, turismo)
- Praticantes de desportos aquáticos e actividades náuticas de recreio (vela, surf, passeios turísticos, etc.)
- Cientistas
- Políticos a nível europeu, nacional e local
- Professores
- Não sei
- Outros. Quais?



Caracterização

Sexo

Masculino

Feminino

Idade

Concelho de residência

Contando consigo, quantas pessoas vivem na sua residência?

Tem filhos?

Sim

Não

Nível máximo de escolaridade que completou:

Primeiro ciclo do Ensino Básico (4º ano)

Segundo ciclo do Ensino Básico (6º ano)

Terceiro ciclo do Ensino Básico (9º ano)

Ensino Secundário (12º ano)

Ensino Superior

Nenhum

Condição perante o trabalho

Exerce profissão

Desempregado ou à procura do primeiro emprego

Estudante



Reformado/pensionista

Ocupa-se das tarefas do lar

Profissão

Docente do ensino básico ou secundário

Docente/investigador do ensino superior

Outra

Grupo de recrutamento:

Área científica:

Ciências Naturais

Ciências da Saúde

Ciências da Engenharia e Tecnologia

Ciências Sociais e Humanas

Descreva, com algum detalhe, qual a sua profissão:

Nível de ensino:

Ensino básico

Ensino secundário

Ensino superior - licenciatura ou mestrado

Ensino superior - doutoramento

Modalidade de ensino:



- Ensino regular
- Ensino artístico
- Cursos profissionais
- Outro

Ensino regular:

- Curso Científico-Humanístico Línguas e Humanidades
- Curso Científico-Humanístico Ciências e Tecnologias
- Curso Científico-Humanístico Ciências Socioeconómicas
- Curso Científico-Humanístico Artes Visuais
- Curso Tecnológico

Área científica:

- Ciências Naturais
- Ciências da Saúde
- Ciências da Engenharia e Tecnologia
- Ciências Sociais e Humanas

Caso deseje que lhe sejam enviadas as principais conclusões deste estudo de opinião, por favor deixe-nos o seu endereço de email: